

Universidade Aberta do Brasil
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação

Seminários Temáticos de Prática Curricular I

Windyz Brazão Ferreira
Maria de Lourdes Pereira



Palavras da professoras-pesquisadoras



Prezado(a)s Aprendentes,

Sejam Bem-vindo(a)s!

A partir deste componente curricular - *Seminários Temáticos de Práticas Curriculares* - vocês começam a trilhar o caminho da *Educação Infantil* propriamente dita. Isto é, conosco, cada um de vocês vai aprender a *articular* os conhecimentos estudados nesse Curso de Pedagogia ao contexto real das escolas de educação infantil, sejam elas creches ou pré-escolas, públicas ou privadas, na zona rural ou na zona urbana.

Articular conhecimentos significa promover *interdisciplinaridade*. Saber como articular/integrar conhecimentos de forma efetiva é, hoje, necessário e um desafio para todos nós, porque a rapidez das mudanças no mundo e as demandas sempre emergentes requerem respostas também rápidas. Para responder rapidamente a essas mudanças, temos que saber pensar e *refletir*, articular idéias, ser criativos, ágeis e *pró-ativos*.

Durante o percurso que temos pela frente, esperamos prepará-lo(a)s para saber pensar interdisciplinarmente de forma ágil, uma habilidade que será muito valiosa para vocês, futuro(a)s Pedagogo(a)s.

Profa. Dra. Windyz Brazão Ferreira e Profa. Dra. Maria de Lourdes Pereira.

A Cartografia do Componente Curricular Seminários Temáticos de Prática Curricular I

Seja bem-vindo(a) a este novo componente curricular que o(a) ajudará a percorrer a trilha em direção à sua formação como pedagogo(a) e ao aperfeiçoamento no ensino infantil. A construção deste componente curricular, assim como dos outros que constituem esse Curso de Pedagogia, depende de sua participação ativa nas atividades propostas e, claro, na busca contínua de conteúdos relevantes que o(a) ajudem a re-significar sua prática docente nas escolas e na sala de aula.

Você já aprendeu, no componente curricular *Introdução à Educação a Distância*, que nós vamos usar novas formas de aprender e ensinar e que o sucesso da caminhada depende de nossa articulação, enquanto parceiros no processo de rompimento com o modelo tradicional que impõe limites ao desenvolvimento do estudante na medida que não mostra os caminhos para a autonomia e o prazer do saber aprender. Colocado de forma simples, esse curso a distância vai prepará-lo(a) para ser um(a) educador(a) aprendente que, contínua e autonomamente, desenvolve-se mediante a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e competências, com vistas a aperfeiçoar suas práticas pedagógicas.

Portanto, aqui, nosso objetivo, neste trabalho, é o de ajudá-lo(a) a articular os conhecimentos estudados no Marco I ao contexto da educação infantil, isto é, apoiá-lo(a) na promoção da *interdisciplinaridade* entre saberes e práticas!

Nesse sentido, os *Seminários Temáticos de Prática Curricular*, oferecidos em todos os marcos do Curso de Pedagogia, constituem o *locus* para:

- A construção de propostas pedagógicas a serem implementadas nas escolas e nas salas de aula;
- O desenvolvimento de pesquisas ao longo de cada área temática abordada neste componente curricular;
- A apresentação dos resultados de seus estudos na Plataforma Moodle.

Suas produções terão como base os subsídios teóricos desenvolvidos nas diferentes áreas que contemplam os quatro núcleos do curso inteiro. Dessa forma, você será conduzido(a) a ter acesso a conhecimentos diversos e a refletir com seus professores-pesquisadores(as), mediadores(as) presenciais e a distância e colegas de turma sobre:

- As políticas públicas de atendimento educacional (Governo federal, estadual e de seu município) às crianças com idade entre 0 e 5 anos;
- Os direitos das crianças, com base nos documentos internacionais e nacionais pertinentes;
- A construção participativa de projetos político-pedagógicos de sua escola, que adotem como eixo norteador o princípio da inclusão e da qualidade em educação para todas as crianças;
- Um planejamento pedagógico-curricular que considere a realidade dentro da qual a escola está imersa, as experiências prévias das crianças, sua família como parceira do processo educacional e as características dos estilos e ritmos de aprendizagem;
- A importância da colaboração, do apoio mútuo e da reflexão sobre a prática docente, como estratégia para o desenvolvimento profissional e o êxito educacional de seus alunos.

É importante destacar que a coleção que compõem as Trilhas do Aprendente, a partir do volume 2, contempla o componente curricular transversal *Seminários Temáticos de Prática Curricular I*. Portanto, constitui um caminho-chave para o processo de acompanhamento e avaliação de seu desenvolvimento durante o Curso de Pedagogia. Este componente o(a) ajudará a realizar a reflexão contínua sobre o cotidiano das práticas pedagógicas e curriculares na educação infantil e se caracteriza como um espaço curricular no qual deverão ser elaborados estudos, relatos e pesquisas de campo, que oferecerão as bases para a construção da “epistemologia da prática” nesse nível educacional.

Finalmente, neste segundo marco, nosso objetivo é que você adquira conhecimentos básicos fundamentais que orientem sua ação pedagógica articulada e interdisciplinar na escola. Assim, você terá acesso aos conteúdos das aulas, distribuídos em unidades. Tais conteúdos possibilitarão o desenvolvimento de sua capacidade para entender, de forma crítico-reflexiva, os determinantes da educação infantil no contexto nacional, bem como seu papel como pedagogo(a), para transformá-la de acordo com as necessidades locais de seu município.

Profa. Dra. Windyz Brazão Ferreira e Profa. Dra. Maria de Lourdes Pereira.

Croqui do Percurso

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CURSO PEDAGOGIA - MODALIDADE A DISTÂNCIA SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DE PRÁTICA CURRICULAR I		
Professoras: Dra. Windyz Brazão Ferreira e Dra. Maria de Lourdes Pereira E-mail: windyz_ead@yahoo.com.br e lourdinhapf@yahoo.com.br	MARCO II	
Componente curricular: Seminários Temáticos de Prática Curricular I	60 horas/aula	04 créditos
Ementa: Perfil do(a) Professor(a) na Sociedade da Informação. Conceitos básico da Educação Infantil. Políticas Públicas da Educação Infantil. Direitos da criança e inclusão. A família na vida da criança. O papel do brincar na infância.		
Objetivo Geral: Conhecer os principais documentos que orientam a educação infantil no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e refletir sobre o perfil e o papel do(a) professor(a) de crianças com faixa etária entre 0 e 5/6 anos de idade, como também sobre conceitos que são relevantes para o campo da Educação Infantil, para o currículo e a interdisciplinaridade.		
Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none">- Conhecer e entender conceitos básicos da Educação Infantil;- Entender o que é currículo e interdisciplinaridade;- Conhecer a legislação para a educação infantil e a estrutura e o funcionamento de escolas de educação infantil, assim como nomenclaturas e termos relevantes neste campo do conhecimento;- Compreender a concepção dual do 'educar e cuidar' no processo educacional de crianças com idade entre 0 e 5/6 anos;- Analisar e planejar práticas pedagógicas que articulem diversos conhecimentos.		
Princípios epistemológicos da Educação a Distância <ul style="list-style-type: none">- Construtivismo: a ação pedagógica e a construção de conhecimento se baseiam numa perspectiva heurística e construtiva, que se sustenta sobre a interação colaborativa e o apoio mútuo entre os pares (colegas, professores, mediadores, profissionais das escolas, membros da família etc), a partir da qual o(a) aprendente constrói sua rede ("comunidade de aprendizagem").- Interacionismo: os processos de aprendizagem são entendidos como resultado das relações sociais (interação com o outro) e com o ambiente, de forma pró-ativa, colaborativa e solidária, e não, como o armazenamento contínuo de informações adquiridas a partir de leitura, desafios, estudo etc.- Interdisciplinaridade: processo mediante o qual o(a) aprendente se apropria dos conhecimentos e os constrói, inter-relacionando-os entre as várias áreas do saber (Filosofia, Sociologia, Psicologia, EAD etc.) da estrutura curricular do Curso de Pedagogia. A interdisciplinaridade se consolida no componente curricular Seminários Temáticos de Prática Curricular I.		
Competências e habilidades a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none">- Organizar e elaborar atividades educacionais com conteúdos curriculares diversos a fim de aplicá-los no contexto da educação de crianças;- Identificar os desafios atuais no contexto da formação do(a) professor(a) da educação infantil no Brasil;- Compreender os elementos constitutivos do perfil do(a) educador(a) da infância;- Distinguir entre educação na creche de educação pré-escolar;- Desenvolver atitude de respeito aos direitos da criança e à diferença;- Reconhecer a importância do papel da família na vida e na escolarização da criança;- Refletir e articular idéias e conhecimentos de forma analítico-crítica;- Gerar novas idéias e conhecimentos (interdisciplinaridade) aplicados à realidade da educação infantil;- Entender o conceito de diversidade e necessidades educacionais especiais no contexto da educação brasileira.		

Etapas do percurso	Fontes principais
<p>UNIDADE I: Clarificando o percurso: o contexto da Educação Infantil no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito de Educação Infantil no atual contexto da educação brasileira; - Conceito de currículo e práticas curriculares na Educação Infantil; - Conceito de interdisciplinaridade e sua aplicabilidade no percurso do componente curricular Seminários Temáticos de Prática Curricular I. <p>Vídeo-aula: Ciência e interdisciplinaridade: o conhecimento com fronteiras abertas no Século XXI.</p>	<p>Referencial Curricular da Educação Infantil- vol 1. pp 11-29 (18 páginas). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf.</p> <p>SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.</p> <p>Leitura Caleidoscópio. Revista Criança n. 43, ago. 2007, p. 09-17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista43.pdf.</p>
<p>UNIDADE II: Aprendendo sobre legislação, diretrizes educacionais na educação infantil e direitos da criança</p> <ul style="list-style-type: none"> - Breve histórico da educação infantil no Brasil; - Promoção e defesa dos direitos da criança; - Direito de brincar: o lúdico na infância. <p>Vídeo-aula: Cultura da Infância, o brincar e o apre(ender).</p>	<p>MONTE, F. R. Inclusão na Educação Infantil: concepções e perspectivas de educadoras de creche. Universidade Católica de Brasília. PPGE. Dissertação de Mestrado, p. 09-23.</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l-ldb.pdf</p> <p>ONU. Convenção dos Direitos da Criança. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php</p>
<p>UNIDADE III: Perfil do(a) educador(a) da educação infantil no contexto da diversidade e do combate à exclusão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Competências do(a) professor(a) de educação infantil para cuidar e educar de crianças pequenas; - O lúdico-criativo como eixo interdisciplinar na ação pedagógico-curricular dirigida para crianças de creche e pré-escola; - Inclusão educacional e a formação do(a) educador(a) da infância para a diversidade e o combate à exclusão. 	<p>Referencial Curricular da Educação Infantil, v. 1, p. 11-29. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf.</p> <p>Revista Nova Escola. Especial de Educação Infantil. FERRAZ, Beatriz. <Audio (Podcast). Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/multimedia/pag_podcast/gal_podcast_2477-84.shtml>.</p> <p>MONTE, F. R. Inclusão na Educação Infantil: concepções e perspectivas de educadoras de creche. Universidade Católica de Brasília. PPGE. Dissertação de Mestrado, p. 29-37.</p> <p>ROCHA, Ruth. Quando a Escola é de vidro. In: _____. Este admirável mundo louco. Editora Salamandra, 2003.</p>

<p>UNIDADE IV: Projeto Interdisciplinar I: Formação docente para a Educação Infantil</p> <p>Objetivo: Desenvolver as capacidades de elaboração reflexiva e textuais do(a) aprendente, com base no universo de conhecimento na área de Educação Infantil.</p>	<p>Vídeo Atividades de Pintura na creche. Revista Nova Escola - Edição Especial de Educação Infantil, out. 2007. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/multi-media/pag_video/gal_video_247941.shtml.</p> <p>Vídeo Brincar e diversidade. Revista Nova Escola - Edição Especial sobre Inclusão. out. 2006. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/multi-media/pag_video/gal_video_246235.shtml.</p>
<p>Metodologia</p> <p>Neste componente curricular, a metodologia envolve a articulação dos conhecimentos adquiridos durante o percurso já realizado e sua aplicabilidade na realidade educacional brasileira. Assim, é fundamental que você escolha uma escola de educação infantil para iniciar sua caminhada em direção à sua formação. Claro que sua participação e a pró-atividade são chaves nesse processo.</p> <p>Além disso, é fundamental que o(a)s aprendentes visitem o ambiente virtual do curso, participem das aulas presenciais e interajam com outros aprendentes. Devem, ainda, freqüentar continuamente o Pólo Municipal de Apoio Presencial (PMAP), onde poderão interagir, trocar experiências, apoiar-se mutuamente e, sempre que necessário, ser orientad(a)s pelo(a)s mediadores(as) acerca das atividades propostas.</p>	
<p>Desafios</p> <p>Os instrumentos de avaliação do(a)s aprendentes serão diversificados: exercícios escritos, testes, produção textual, seminário virtual, debates em fóruns. Para avaliar tais produções, serão considerados os objetivos, as habilidades e competências propostas pelo componente curricular, tais como reflexão crítica, domínio de referenciais teóricos, interatividade, criatividade, capacidade de análise, de síntese e de produção de textos.</p>	
<p>Observações quanto ao croqui do percurso</p> <p>O Croqui do Percurso é um documento flexível, que pode ser modificado ao longo do semestre letivo. Trata-se, pois, de um roteiro para nortear os envolvidos no processo de aprendizagem colaborativa.</p>	

REFERÊNCIAS

ARIAS VALLE, A. *et alli*. Aprendizaje significativo y de aprendizaje: el papel del alumno en el proceso de construcción de conocimientos. **Revista de Ciencias de la Educación**. Octubre/ Diciembre. N. 156, 1996, p. 481-502.

BEAUCHAMP, J. Integração em creches e pré-escolas e habilitação de professores: qualidade na Educação Infantil. IN: MEC/SEB. **Revista Criança**, n. 39, Brasília, MEC/SEB, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista39.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2007.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Lei 11.494/2007. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

Trilhas do Aprendente, Vol. 2 - Seminários Temáticos de Prática Curricular I

_____. MAS. **Estatuto da criança e do adolescente**. Ministério da Ação Social, 1990.
Disponível em: <www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf>.
Acesso em: 20 out. 2007.

_____. MEC/SEB. **Referencial Curricular da Educação Infantil**. V. 1, 1998, p. 11-29.
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2007.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação.
Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2007.

_____. MEC/SEB. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005.
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf>>.
Acesso em: 29 out. 2007.

_____. MEC/SEB. **Referencial Curricular da Educação Infantil**. Disponível em:
Vol 1- <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf>>
Vol 2- <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>>
Vol 3- <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. MEC/SEESP. **Educar na diversidade**. Material de Formação Docente. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. 2005. 265 p. Livro eletrônico disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>>.

COUTINHO, A. S.; ROCHA, E. A. C. Bases curriculares para a educação infantil. Ou isto ou aquilo. **Revista Criança**, n. 43, Brasília, MEC/SEB, p. 09-17, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista43.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2007.

Estatuto da criança e do adolescente – Gibi da Mônica. Disponível em: <http://www.fundacaofia.com.br/ceats/eca_gibi/capa.htm>. Acesso em: 15 out. 2007.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: História, Teoria e Pesquisa. 7. ed. Campinas-SP.: Papyrus, 1999.

FERREIRA, W. B. Inclusão X exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (Org). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, p. 211-238, 2006.

FERREIRA, W. B.; MARTINS, R. C. B. **De docente para docente**: práticas de ensino e diversidade para a educação básica. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

FREIRE, Paulo. Educação como prática para a liberdade. 17a Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HUGHES, J. L. **La Pedagogia de Froebel**. Trad. Barnés, Domingo. Madrid: Daniel Jorro, 1995.

LUCKESI, C. C. **Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade**. Disponível em: <<http://www.biossintese.psc.br/txtcongress2000/CiprianoLuckesi-texto1.doc>>. Acesso em: 19 set. 2007.

MONTE, F. R. **Inclusão na Educação Infantil**: concepções e perspectivas de educadoras de creche. Universidade Católica de Brasília. PPGÉ. Dissertação de Mestrado. 119 p., p. 09-23, 2006.

ONU. **Declaração dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas. Nova York, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>, <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 20 out. 2007.

ONU. **Convenção dos Direitos da Criança**. Organização das Nações Unidas. Nova York. 1989. Disponível em: <www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf>. Acesso em: 20 out. 2007.

ROJAS, J. **O lúdico na construção interdisciplinar da aprendizagem**: uma pedagogia do afeto e da criatividade na escola. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/excedentes25/jucimararojast07.rtf>>. Acesso em: 19 set. 2007.

SANTIN, S. **Educação física**: da opressão do rendimento à alegria do lúdico. Porto Alegre: Edições EST/ESEF - UFRGS, 1994.

SCS. Aprendendo sobre os direitos das crianças com deficiência. Recife: **Save the Children Suécia**. (Elaborado por Windyz B. Ferreira. Livro eletrônico). Disponível em: <<http://www.scslat.org/search/publipor.php?cod=101&lang=p>>, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

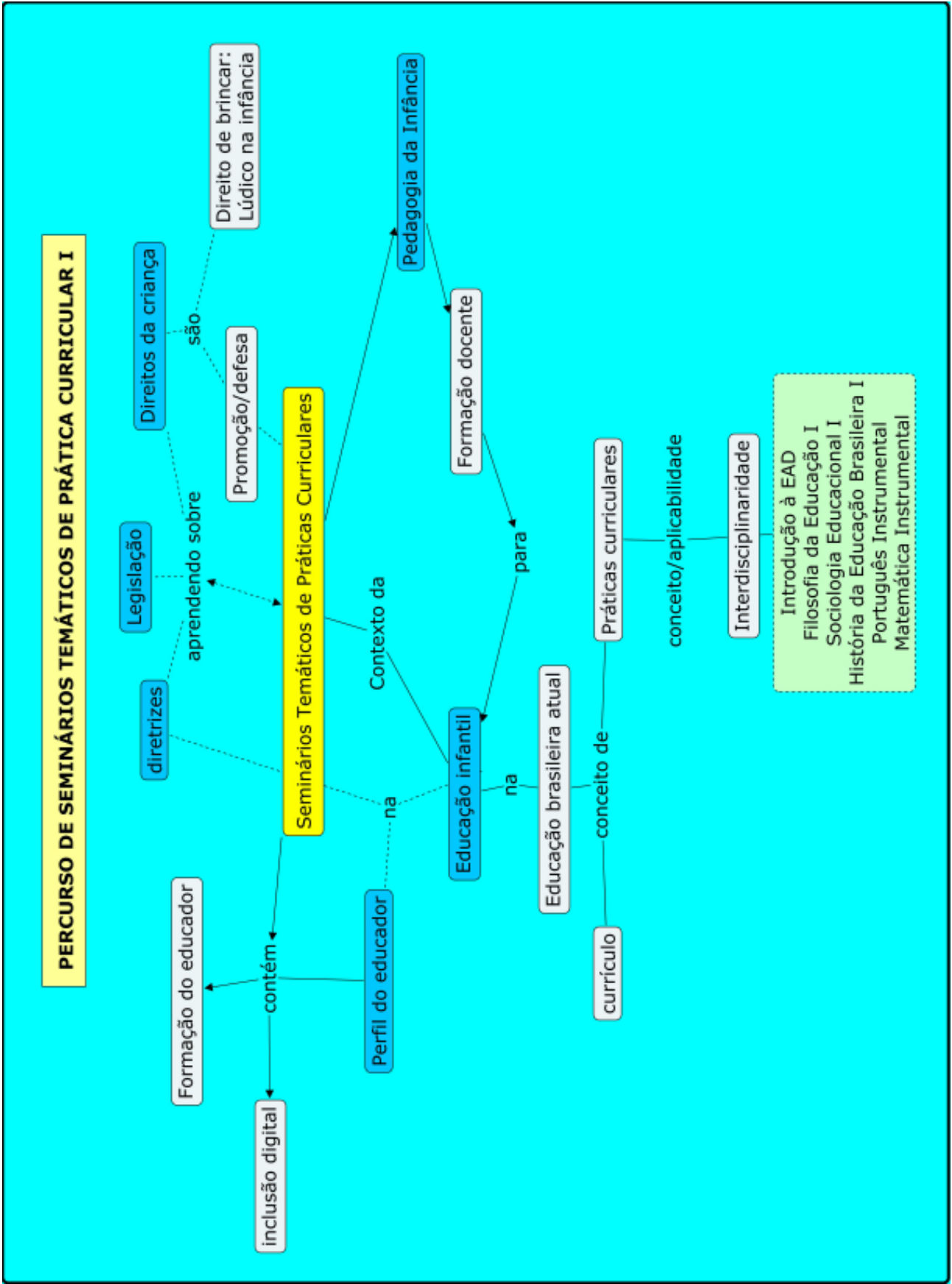
UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Paris, 1990. (Tradução brasileira). Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien> 19/12/2007.

_____. **Declaração de Salamanca**. UNESCO: Paris, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

_____. **Políticas para a primeira infância - Notas sobre experiências internacionais**. (Tradução: Patrícia Zimbers). Brasília. 2005. Disponível em: <grupoeditorial@unesco.org.br>. Acesso em: 20 out. 2007.

UNICEF. **Relatório do UNICEF - Situação mundial da infância 2006, Excluídas e invisíveis**. New York. Tradução brasileira, 2006. 144 p. Disponível em: <www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/10400>. Acesso em: 20 out. 2007.

Vídeo da Revista Nova Escola – Edição especial de Educação Infantil. Outubro 2007. Assunto: atividades de pintura em creche. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/multimedia/pag_video/gal_video_247941.shtml>. Acesso em: 20 out. 2007. (Duração: 4m13seg).



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA - MODALIDADE A DISTÂNCIA
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DE PRÁTICA CURRICULAR I
Professoras-pesquisadoras: Dra. WINDYZ BRAZÃO FERREIRA
Dra. MARIA DE LOURDES PEREIRA

DESEMPENHO NO PERCURSO

Aulas	Desafios	Pontuação	Desempenho obtido	Prazo de finalização
UNIDADE I				
Aula 1	Desafios da Unidade I Conceito de Ed. Infantil no atual contexto da educação brasileira Conceito de currículo e práticas curriculares na Educação Infantil Conceito de interdisciplinaridade e aplicabilidade	10,0		
Aula 2				
Aula 3				
Total de pontos na Unidade I		10,0		
UNIDADE II				
Aula 4	Desafios da Unidade II Breve histórico da Ed. Infantil no Brasil Promoção e defesa dos direitos da criança Direito de brincar : o lúdico na infância	10,0		
Aula 5				
Aula 6				
Total de pontos na Unidade II		10,0		
UNIDADE III				
Aula 7	Desafios da Unidade III Competências do professor da Ed. Infantil: cuidar e educar O lúdico-criativo como eixo interdisciplinar Inclusão educacional e a formação do educador na infância	10,0		
Aula 8				
Aula 9				
Total de pontos na Unidade III		10,0		
UNIDADE IV				
Projeto I Articulando saberes sobre a criança, família e educação: criando e brincando	Elaboração de artigo	10,0		
AVALIAÇÃO PRESENCIAL (Prova escrita)	Conteúdo das quatro unidades	10,0		Final do curso
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS NO PERCURSO				

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3



UNIDADE I

CLARIFICANDO O PERCURSO: O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

AULA 1: CONCEITO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

SUMÁRIO DA AULA

Nesta aula, vamos estudar o conceito de educação infantil, no Brasil, e conhecer o panorama geral da educação de crianças de 0 a 5/6 anos, após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. A seguir, abordaremos o binômio 'educar e cuidar', a partir do qual as ações pedagógicas são pensadas e planejadas nesse nível escolar. Ao final da aula, apresentaremos um exemplo prático para você entender esses conteúdos na vida real das escolas.


Esperamos que estude com prazer e entusiasmo, desenvolva sua capacidade criativa e reflexiva e obtenha pleno sucesso ao percorrer esta nova Trilha do Aprendente!



Entendendo o conceito de 'Educação Infantil'

Ao longo da história da educação brasileira, como já abordado em outros componentes curriculares deste curso, o conceito de educação da criança pequena passou por mudanças relevantes que implicaram novas formas de preparar o docente para atuar com essas crianças. Entender o conceito de educação infantil, no atual contexto da educação brasileira, significa decidir sobre como as práticas curriculares devem ser pensadas e planejadas a fim de atingir os objetivos estabelecidos pela legislação vigente.

A <**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**>, (MEC, 1996), deve ser considerada um marco importante no conceito de educação infantil, uma vez que a reconhece como um *nível escolar* que



Acesse o link da LDB e leia a Seção e os artigos referentes à Educação Infantil.
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Seção II, Art 29, p. 16).

É importante ficar claro que, embora seja um nível escolar contemplado na LDB, a Educação Infantil *não* é compulsória, porquanto *não* constitui 'etapa obrigatória, e sim, direito da criança, opção da família e dever do Estado' (MEC/SEB 2006, p.05). A consequência da não obrigatoriedade da educação na infância gera barreiras ao acesso

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 1

Aula 2

Aula 3



Acesse o link da **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos, do MEC:
<portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf>

de crianças à escolarização e paradoxos na política pública, como revela o texto do documento **<Política Nacional de Educação Infantil>**, do próprio Ministério da Educação, publicado em 2006:

[...] a integração das instituições de Educação Infantil ao sistema educacional não foi acompanhada, em nível nacional, da correspondente dotação orçamentária' (BRASIL, MEC/SEB, 2006).

O paradoxo na política se manifesta porque, embora *o direito que a criança de zero a <5/6 anos> tem de ser educada nas escolas* da rede de ensino (pública e privada) seja assegurado pela legislação brasileira e, mesmo sendo reconhecida a importância desse nível escolar como um período fundamental ao desenvolvimento humano e ao sucesso da criança nas fases iniciais da Educação Básica, o governo não aloca recursos financeiros para a expansão e o desenvolvimento da qualidade da educação infantil. A consequência da falta de recursos pode ser verificada nos dados a seguir:



Nota sobre a referência '**5/6 anos** de idade' nos textos das aulas: O Plano Nacional de Educação estabelece como um de seus objetivos referentes às metas da Educação Infantil, a 'elevação global do nível de escolaridade da população'. Como prioridade, o documento estabelece 'a ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino' (BRASIL 2004, p. 148), no qual explicita que está prevista a escolarização de crianças com seis anos de idade como sendo o 1º. ano da educação básica. Muitos municípios já aderiram à nova orientação, mas muitos ainda não.

Dados de 2003

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 37,7% do total de crianças brasileiras com idade de 0-6 anos frequentam a Educação Infantil ou o Ensino Fundamental, das quais 11,7% são crianças com idade entre 0-3 anos e 68,4% entre 4-6 anos. 72% dessas crianças estão matriculadas na rede pública e, dessas, 66,97% frequentam escolas municipais.
(MEC/SEB 2006, p. 6)

De acordo com o Censo Escolar 2003, a média anual de crescimento, no período de 2001 a 2003, foi de 6,4% na creche e de 3,5% na pré-escola, e o governo brasileiro tem como meta atingir, até 2010, o acesso de 50% das crianças de 0 a 3 anos a creches e de 80% das que têm entre 4 e 5 anos às escolas de ensino infantil.
(MEC/SEB 2006, p. 5-6)

É importante aqui destacar que foi apenas em 20 de junho de 2007 que a Lei 11.494 sancionou o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que incluiu, no orçamento destinado à educação, pela primeira vez na história da educação brasileira, recursos financeiros para o desenvolvimento da educação pré-escolar (creche e pré-escola).

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3

‘Cuidados e educação’ na Educação Infantil (CEPI)

A organização atual da Educação Infantil, enquanto nível escolar, está assentada no binômio indissociável *cuidar & educar*. Isso quer dizer que, na fase infantil – de zero a 5/6 anos de idade – a criança precisa ser cuidada e educada simultaneamente nas escolas, a fim de poder realizar integralmente seu potencial de desenvolvimento, que constitui pré-condição para o desenvolvimento nas fases posteriores da vida humana.

Os ‘cuidados e a educação’, na primeira infância, são hoje amplamente reconhecidos como fatores fundamentais para o desenvolvimento global da criança.

O trabalho com a faixa etária de zero a seis anos envolve ações de cuidados e de educação de forma indissociável; assim, os sistemas de ensino devem organizar seus projetos pedagógicos articulando esses dois processos (BEAUCHAMP, 2005, p. 11).

Nessa fase da vida, o crescimento e o desenvolvimento envolvem uma série de processos de aprendizagens sociais, cognitivas, comportamentais, lingüísticas, motoras etc., durante os quais a criança aprende sobre si própria e sobre o ambiente que a cerca (UNESCO, 2005, p. 13). Estudos que acompanham programas educacionais de crianças na primeira infância evidenciam que as

que tiveram a oportunidade de receber cuidado e educação de qualidade nos seus primeiros anos têm desempenho acadêmico significativamente superior, quer estejam sendo criadas na América Latina, na África, na Ásia, na América do Norte ou na Europa (UNESCO, 2005, p. 107).

Considerando-se as disparidades existentes entre os continentes e, em particular, entre os países industrializados e aqueles em desenvolvimento, os dados acima enfatizam, de forma clara, a importância do acesso à educação infantil para todas as crianças e, conseqüentemente, reforçam a necessidade e a urgência de políticas públicas e programas dirigidos ao desenvolvimento do(a) educador(a) que atua nesse nível de ensino, razão por que sua formação nesse curso de Pedagogia é tão importante.

Na escola infantil, o educador deve, portanto, *cuidar* dos pequenos e educá-los, ou seja, o(a) professor(a) da creche ou da pré-escola deve planejar atividades didático-pedagógicas que visam criar meios para o desenvolvimento físico, cognitivo e social da criança, antes de seu ingresso na primeira fase da educação básica.

A seguir, na Aula 2, vamos iniciar uma caminhada em direção à aplicação do que foi estudado na aula 1, isto é, em práticas curriculares. Começemos, então, esse novo percurso.

UNIDADE I**UNIDADE II****UNIDADE III****Aula 1****Aula 2****Aula 3****Vale a pena assistir para refletir sobre o significado de 'Cuidar & educar na educação infantil'**

O site da Revista Nova Escola – Edição Especial Educação Infantil - disponibiliza um interessante vídeo intitulado *Atividade de pintura na creche*, em que se mostram crianças de dois e três anos “pintando”, se lambuzando e[...] comendo a tinta. A professora explica que “as tintas” foram preparadas com alimentos e corantes comestíveis. Correlacionando esses dados com o que abordamos acima, podemos concluir que a “pintura” constitui a atividade educacional, e a “tinta” feita com comestíveis representa o cuidado. Acesse esse vídeo no endereço eletrônico abaixo:

<http://revistaescola.abril.com.br/multimedia/pag_video/gal_video_247941.shtml>.



Caros(as) aprendentes,

Em nosso componente curricular, os desafios estão apresentados ao final de cada unidade temática. No transcurso das aulas, você poderá encaminhar a realização dos desafios propostos a partir das orientações dadas pela professora-pesquisadora e pelos(as) mediadores(as) pedagógicos(as) a distância.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3

AULA 2: CONCEITO DE CURRÍCULO E PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SUMÁRIO DA AULA

Nesta aula, estudaremos o conceito de currículo e as bases curriculares próprias da educação infantil brasileira. Conheceremos os discursos sobre o currículo e a terminologia compatível com cada um desses discursos. Em seguida, você será solicitado(a) a refletir sobre sua experiência estudantil. Esse processo irá ajudá-lo(a) a compreender melhor os discursos sobre o currículo.



Conceituando currículo no contexto da educação infantil

Quando falamos em currículo, estamos nos remetendo a uma questão básica: O que os estudantes devem aprender em cada fase de sua escolarização?

A palavra *currículo* origina-se de 'curriculum', em latim, que, etimologicamente, significa *pista de corrida*. Assim, podemos dizer que, "no curso dessa *corrida*, que é o currículo, acabamos por nos tornar o que somos" (SILVA, 1999, p. 15). O currículo é, pois, elaborado com conteúdos que vão desempenhar um papel determinante sobre como pensamos, agimos, em que acreditamos ou desacreditamos, o que defendemos etc. Isso é o mesmo que dizer que os conteúdos curriculares refletem os contextos históricos e sociais de cada tempo. Quando os tempos mudam, mudam também as concepções de currículo e seus conteúdos. O que se ensina nas escolas – os conteúdos curriculares – reflete o tipo de pessoa que se quer formar para cada sociedade. Assim, cada tempo tem seu discurso sobre o currículo, como veremos a seguir.

Dados indicam que o currículo aparece, pela primeira vez, na história, como objeto delimitado de estudo, na década de 20, nos Estados Unidos da América. Naquele período, os conteúdos curriculares refletiam o movimento da industrialização e da migração que aconteciam no país. Assim, a *fábrica* foi o ponto de partida para a construção da concepção fabril de currículo que, naquela época, baseou-se em pressupostos relacionados à administração. Nesse modelo, os alunos devem ser 'processados' como um produto de qualquer fábrica, e o discurso curricular determina precisamente os objetivos da educação, os procedimentos e os métodos utilizados no ensino a fim de se obterem resultados mensuráveis.

O discurso sobre o currículo é modelado a partir das *relações de poder* na sociedade, como descrito acima na concepção fabril de currículo. Quando *selecionamos* conteúdos para serem ensinados, estamos realizando operações que envolvem poder, como por exemplo: *privilegiamos* um tipo de conhecimento em detrimento de outro, *destacamos* uma identidade ou subjetividade, dentre tantas outras.

Então, pensar e planejar o currículo significa necessariamente refletir sobre questões relacionadas ao poder. E é exatamente a questão do *poder* que funciona como um divisor de águas entre os *discursos sobre currículo tradicional*, o *discurso crítico* e o *discurso pós-crítico*, cujas características são apresentadas no quadro a seguir.


UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3

	Discursos de currículo tradicionais	Discursos críticos e pós-críticos do currículo	
Discurso	Pretendem ser 'teorias'/ discursos neutros, científicos, desinteressados.	Argumentam que nenhuma 'teoria'/discurso é neutro, científico e desinteressado, mas que intrinsecamente reflete relações de poder.	
Status quo	Aceitam mais facilmente o <i>status quo</i> , os saberes e conhecimentos das classes dominantes.	Não aceitam o <i>status quo</i> como é dado, analisam criticamente os saberes e conhecimentos das classes dominantes.	
Foco	Concentram-se nas questões técnicas (formação para o trabalho, e não, para o exercício da cidadania).	Concentram-se nas conexões entre saber, identidade e subjetividade.	
Posicionamento	O 'o que?' é dado pela sociedade e é inquestionável.	Submetem o 'o que?' a um constante questionamento.	
Reflexão crítica	Concentram-se no 'Como?' (qual é a melhor forma de ensinar/transmitir o que já é dado pela sociedade?).	A questão central é o por quê? (Por que escolher ou privilegiar este conhecimento e não o outro? Quais os interesses por trás desse conhecimento? Quem será beneficiado?).	
Palavras-chave no currículo	Discurso Tradicional Ensino-aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência, objetivos.	Discurso Crítico Currículo oculto, ideologia, poder, reprodução, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação, libertação, resistência.	Discurso pós-crítico Identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo.

Fonte: SILVA, T. T. *Documentos de Identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Após o estudo do quadro acima, vale a pena lembrar que, no componente curricular de <**História da Educação Brasileira I**>, o professor-pesquisador, utilizando o conto Pinóquio às avessas, trabalhou o conceito criança e a elaboração histórica da escola, como um espaço de construção da criança enquanto um “pequeno adulto”. Assim, com base no que estudou naquele componente, reflita sobre algumas palavras que representam o universo adulto e anote no seu diário de aprendizagens.

Uma vez estudado o papel do currículo e sua importância para a formação humana em cada contexto histórico, passamos agora à reflexão sobre as práticas curriculares para a educação infantil no nosso tempo, isto é, no Século XXI.



Para reler o texto, consulte as Trilhas do Aprendiz, Vol. 1, História da Educação Brasileira I, Aula 4 da Unidade I (p. 186-188).

Práticas curriculares na Educação Infantil

Como vimos, as práticas curriculares, na Educação Infantil, devem considerar todas as esferas de desenvolvimento da criança como um ser social e cultural. Segundo Ângela Coutinho e Eloísa Candal (MEC/SEB 2007, p. 09), pesquisadoras da infância, uma “pedagogia da infância” deve ter como foco os processos a partir dos quais cada criança real constrói seus conhecimentos e os conteúdos que fazem parte de sua vida.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3

Tal pedagogia deve, portanto, considerar os contextos sociais e culturais que são constitutivos da criança e de suas formas de aprendizagem. Por exemplo, uma criança negra terá experiências diferentes de uma criança branca; uma criança que nasce e vive na zona rural terá conhecimentos, linguagem, comportamentos etc. distintos de uma que nasceu em uma capital de estado. O que cada um de nós vivemos é elemento constituinte do que somos e não pode ser desconsiderado no processo de escolarização. Isso significa que o novo docente deve aprender a incorporar tais conteúdos nos seus planejamentos e métodos de ensino. De acordo com Coutinho e Candal (2007, p. XX),



Faça o *download* no da Revista Criança No. 43 (Agosto 2007) e leia da pág. 09 à 17. Acesse: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista43.pdf>>

Uma 'pedagogia para a infância' deve ser constituída com práticas curriculares que possibilitem às crianças ampliar suas experiências e diversificar seus conhecimentos. Por isso mesmo, as experiências escolares devem abranger atividades diversificadas que envolvam 'linguagem gestual, corporal, oral, pictórica, plástica e escrita [e as] relações sociais, culturais e com a natureza.' Da mesma forma, o currículo deve incorporar o repertório da própria criança, isto é, seu patrimônio lingüístico, intelectual, expressivo, emocional etc.

Nesse sentido, o corpo docente de qualquer escola de educação infantil deve pensar, organizar e planejar coletivamente práticas pedagógico-curriculares dinâmicas, direcionadas a crianças de creches e de pré-escolas, e propiciar a sua participação efetiva em atividades interativas, de cuja ação sejam protagonistas e prescindam a interferência direta do(a) professor(a).

Entendendo conceitos na prática escolar: reflexão sobre a própria experiência como estudante



Hoje, por exemplo, inúmeros estudos, documentos e grupos sociais defendem que o currículo das escolas brasileiras deve incorporar conhecimentos que ajudem os estudantes a aprenderem a:

- (a) conviver com a diferença humana;
- (b) ser capazes de acolher e valorizar a diversidade;
- (c) respeitar as diferenças de gênero e de habilidades individuais; e
- (d) se tornar aprendizes autônomos.

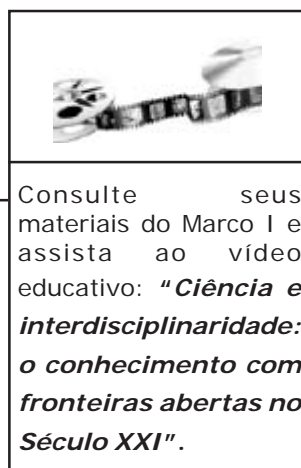
Pense nas escolas onde estudou. Com base no texto e no quadro, referentes aos 'Discursos sobre o Currículo', lembre os conteúdos curriculares que eram contemplados como importantes na sua formação e elabore uma lista com as palavras-chave referentes aos mesmos, usando como modelo aquele quadro, poste-o no AVA - Moodle.

UNIDADE I**UNIDADE II****UNIDADE III****Aula 1****Aula 2****Aula 3****AULA 3: CONCEITO DE INTERDISCIPLINARIDADE E SUA APLICABILIDADE NO PERCURSO DO COMPONENTE CURRICULAR SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DE PRÁTICA CURRICULAR I****SUMÁRIO DA AULA**

Nesta aula, estudaremos a interdisciplinaridade, como eixo condutor para a formação atitudinal do(a) educador(a) infantil. A seguir, aplicaremos o seu conceito no campo da educação. Finalmente, analisaremos como as práticas escolares na escola infantil podem fazer uso da interdisciplinaridade.

**Interdisciplinaridade no contexto da educação infantil**

Como aprendente deste Curso de Pedagogia, você já estudou, no Marco I, o tema **<interdisciplinaridade>**. Lembra-se do conteúdo do vídeo educativo "*Ciência e interdisciplinaridade: o conhecimento com fronteiras abertas no Século XXI*"? Então, os professores que analisam a interdisciplinaridade no vídeo iluminam que *uma aula interdisciplinar exige a integração de várias áreas do conhecimento humano*. A interdisciplinaridade pode, portanto, ser entendida como um 'ponto de cruzamento' entre áreas de conhecimento ou atividades baseadas em diferentes pressupostos que articulam os conteúdos trabalhados de forma harmoniosa.



Consulte seus materiais do Marco I e assista ao vídeo educativo: "***Ciência e interdisciplinaridade: o conhecimento com fronteiras abertas no Século XXI***".

No Brasil, a escolarização é organizada *disciplinarmente*, isto é, durante todos os anos escolares, os estudantes aprendem conhecimentos organizados na forma de 'disciplinas', como Matemática, História, Português, Ciências, Estudos Sociais etc. Do mesmo modo, são organizados os conteúdos curriculares dos cursos superiores. Contudo, no nosso Curso de Graduação em Pedagogia – modalidade educação infantil - adotamos uma *orientação interdisciplinar*, a partir da qual professores-pesquisadores, mediadores e aprendentes, ao longo dos marcos, devem promover a interconexão entre os conhecimentos estudados, com vistas a consolidar a formação de educadores (você) preparados para a era da sociedade de informação, na qual os pontos de cruzamento entre conhecimentos e informações acontecem de forma cada vez mais rápida. Os exemplos a seguir, de alguns dos componentes curriculares que você estudou no Marco I ou estudará no Marco II, revelam essa articulação interdisciplinar:

- Em História da Educação Brasileira I, foi trabalhado o tema 'A relevância da Educação Infantil para a formação do sujeito';
- Em Sociologia Educacional I, por sua vez, trabalhou-se com o tema 'A formação do cidadão para os tempos atuais, quando a globalização se insinua com tanta força';
- O componente curricular Filosofia da Educação I abordou as 'Formas de ensinar conceitos seculares de uma maneira não tradicional';
- No componente curricular Psicologia Educacional I, deste Marco II, será trabalhado o tema 'A questão da atitude do indivíduo frente ao conhecimento, à vida e à sociedade'.


UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3


Como se podem perceber, todas as disciplinas se entrecruzam no ponto (tema) *formação humana e no desenvolvimento de atitudes frente a um mundo em mudança*. Você, como aprendiz em processo de formação, deve consolidar esse cruzamento desenvolvendo a capacidade de pensar a criança - sujeito e agente da educação infantil – como um ser que deve ter bases sólidas para seu desenvolvimento humano. Nesse sentido, quando do planejamento de suas aulas, você deve se perguntar quais são as estratégias que organizará para promover o desenvolvimento global e integral de seus alunos.

Assim, considerando a importância do tema *interdisciplinaridade* em nossa trilha, vamos agora nos debruçar sobre esse conceito, com base nos estudos de vários autores.

Interdisciplinaridade aplicada ao campo da educação

Ao estudar as definições apresentadas a seguir, você deve refletir sobre seu papel como docente.

	<p>Interdisciplinaridade</p> <p>A <i>interdisciplinaridade</i> é uma exigência natural e interna das ciências, no sentido de promover melhor compreensão sobre a realidade que conhecemos. Com mais dados (informações e conhecimentos de áreas distintas), somos mais capazes de ler criticamente a realidade. A interdisciplinaridade, então, impõe-se tanto à formação do ser humano como às suas necessidades de ação. A atividade interdisciplinar desperta a transformação da esperança em possibilidade (FAZENDA, 1999).</p>
---	--

	<p>Atitude interdisciplinar</p> <p>Uma <i>atitude interdisciplinar</i> tem como característica inúmeros aspectos do comportamento humano e se manifesta em várias esferas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atitudes frente às alternativas para conhecer mais e melhor o foco de nossa atenção; - atitude de espera ante os atos consumados; - atitude de reciprocidade que impele à troca e ao diálogo: diálogo consigo mesmo e com os pares, considerando-se a diversidade humana (raça, etnia, biótipo, habilidades, classe social, gênero etc.); - atitude de humildade diante da limitação do próprio saber; - atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; - atitude de desafio perante ao novo e de redimensionamento do velho; - atitude de envolvimento e compromisso com pessoas e projetos. <p>A atitude interdisciplinar implica, portanto, uma atitude de compromisso com o construir, sempre da melhor forma possível e com responsabilidade. Sobretudo, deve comprometer-se com a alegria, a revelação do novo e o encontro com a vida (FAZENDA, 1999).</p>
---	--

UNIDADE I**UNIDADE II****UNIDADE III****Aula 1****Aula 2****Aula 3****Educador interdisciplinar**

O educador que adota uma orientação interdisciplinar assume atitudes estratégicas e inovadoras porque entende que, nos tempos atuais, há uma necessidade emergente de expandir continuamente o nível de conscientização de seus educandos acerca da realidade que os cerca. Esse educador acredita na ampliação gradativa de consciências subjetivas, que se revelam na mudança de consciência ingênua para a consciência crítico-reflexiva. Assim, ao aprender (adquirir conhecimentos e informações) e expandir sua consciência, o educando perde, pouco a pouco, a ingenuidade e passa a acreditar em si mesmo, a ser mais criativo, reflexivo, crítico e assume correr riscos para inovar. Tal educador deve ser capaz de intermediar o desenvolvimento de habilidades potenciais de cada criança de forma mais efetiva (ARIAS VALLE, 1996).

**Professor interdisciplinar**

O professor interdisciplinar é o docente que, em cuja atividade pedagógico-educacional, procura criar elos de ligação e integração (cruzamento, inter-relações e interconexões) entre situações tradicionais de ensino (disciplinares) e situações inovadoras (interdisciplinares). Além disso, o professor que adota a orientação interdisciplinar assume o compromisso consigo próprio de autodesenvolvimento profissional. Esses docentes se edificam por meio de trocas de conhecimento e experiências entre educadores e outros especialistas da área interessados em vivenciar novas atitudes, as quais incluem também valores como coerência entre discurso e prática, humildade, respeito, capacidade para escuta paciente e olhar sensível frente às aptidões, às necessidades, aos interesses, às habilidades e competências de crianças pequenas (FAZENDA, 1999).

Um educador ou professor que adota a interdisciplinaridade como eixo norteador de sua prática pedagógica cria as bases para se tornar um professor-pesquisador que, cotidianamente, investiga sua prática e os resultados dela, em termos de participação e aquisição de todos os seus alunos, independentemente de suas características.

A interdisciplinaridade nas práticas curriculares da educação infantil

Agora vamos dirigir nosso olhar para a interdisciplinaridade na educação infantil e descobrir como um professor dessa modalidade de ensino pode ensinar contemplando planos de aula que cruzem conhecimentos de áreas diferentes.

O desenvolvimento da abordagem interdisciplinar começa colocando-se em prática uma nova forma de interagir com os educandos e exige do docente a habilidade de ouvir seus alunos e criar formas de participação de todos nas atividades e na vida escolar. A partir da escuta paciente dos alunos, o docente vai, *junto com eles*, escolher, privilegiar e identificar assuntos relevantes a serem trabalhados na sala de aula (como foi tratado na aula anterior, no quadro

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3

acerca dos 'Discursos sobre o Currículo'), de forma que haja uma construção participativa e democrática do currículo.

Para um professor da educação infantil, ensinar interdisciplinarmente significa, ao mesmo tempo, considerar as especificidades dos diferentes componentes curriculares (ex. Matemática, Português) e as necessidades e demandas que emergem na sua sala de aula, articulando esses conhecimentos e informações no contexto do binômio 'cuidar & educar' da criança pequena. O resultado de tal postura é a convivência dialógica positiva com a criança e produtiva do ponto de vista do ensinar e aprender juntos.

A bagagem pessoal com que a criança enfrenta o processo de aprendizagem escolar e interage com suas próprias capacidades, motivações e atitudes determina o resultado da própria aprendizagem. A 'Pedagogia para a Infância', como estudada na aula anterior, considera essa bagagem como constitutiva da criança e de sua forma de aprender. Assim, o repertório infantil deve ser valorizado pelo docente porque constitui um recurso que lhe permite retro-alimentar o processo de ensino e aprendizagem de forma mais dinâmica, interativa e significativa para ambos (criança e professor).

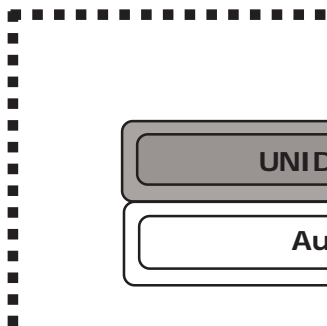
As atitudes do professor e as estratégias utilizadas na sala de aula devem se basear em ações pedagogicamente inovadoras, as quais são capazes de responder às diferenças individuais existentes em cada grupo de crianças reunidas em uma turma. A atitude aberta e articulada do professor assegura, conseqüentemente, a construção constante das motivações para o estudar com entusiasmo, prazer e êxito nas diferentes situações do ensinar/aprender.

Essa forma inovadora de ensinar e aprender de base interdisciplinar fundamenta-se em novos *princípios* educacionais, quais sejam:

- √ *Aprender a ser* – desenvolvimento do espírito de cidadania, ética profissional, compromisso com o bem-estar individual-coletivo, respeito às individualidades e diversidades étnico-sócio-culturais;
- √ *Aperfeiçoar a capacidade de pensar* – raciocínio lógico-dedutivo, reflexão e capacidade crítico-criativa;
- √ *Produzir novos saberes* - desenvolvimento de múltiplas inteligências;
- √ *Desenvolver as competências cognitivas, afetivas e psicomotoras* - conviver interativamente e aplicar o saber;
- √ *Aprender a investigar e a aplicar o próprio conhecimento* - competência profissional.

Algumas abordagens metodológicas inovadoras e norteadas pela interdisciplinaridade incluem:

- √ Sistematização e organização das temáticas de estudo previamente à aula (criação de mapas conceituais);
- √ Compreensão e articulação de componentes curriculares, como de Matemática e Português (interdisciplinaridade);
- √ Estruturação de momentos reflexivos sobre a vida de relação e na comunidade (aprendizagem significativa);



UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3

- √ Elaboração de roteiro de estudo e compartilhamento de experiências e conhecimentos, por meio de leituras, discussões, debates, encontros técnico-científicos (trabalho colaborativo);
- √ Proposição de atividades avaliativas de natureza científica (aplicabilidade prática do saber).

Depois de ter estudado a Unidade I, você deverá, agora, realizar os desafios a seguir apresentados, que também funciona como uma revisão da unidade, já que você deverá consultar os pontos-chave vistos. Caso precise de esclarecimento ou qualquer tipo de apoio, nós, da equipe, estamos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3



DESAFIOS

Objetivo: Conhecer a estrutura e o funcionamento de uma escola de educação infantil e alguns conteúdos curriculares referentes ao 'cuidar & educar' trabalhados na creche **ou** na pré-escola.

- 1) Leia o material referente às aulas 1 e 2 desta Unidade e assista novamente (se julgar necessário) ao vídeo sobre interdisciplinaridade.
- 2) Escolha um nível escolar: creche (0-3 anos) ou pré-escola (4-5/6 anos), para focar durante a atividade abaixo solicitada (entrevista).
- 3) Entreviste a coordenadora pedagógica ou a diretora de uma Escola de Educação Infantil.
- 4) Individualmente, com base nas leituras da unidade, no vídeo e na entrevista, elabore um relato detalhando sua experiência, apresentando três pontos fortes e três pontos fracos da estrutura e do funcionamento da escola, relacionando-os, sempre que possível, às práticas curriculares e à interdisciplinaridade (mínimo de três páginas). Poste-o no AVA - Moodle.

Resultado:

- 5) Em grupos de quatro, compartilhe suas experiências e elabore um cartaz com, pelo menos, uma sugestão de prática curricular interdisciplinar para *uma* das escolas. Compartilhe a sugestão no FÓRUM da Unidade I.

Roteiro básico de entrevista

- Qual é a estrutura da creche (ou da pré- escola)?
- Como a escola funciona (horários, espaços, nº de professores, funcionários etc)?
- A escola tem projeto político-pedagógico? Sim, não e por quê? Se tem, como foi elaborado?
- Na escola, existem crianças portadoras de necessidades especiais? Como é o trabalho desenvolvido para que elas participem desse processo?
- Como a escola trabalha o 'cuidar e educar'? Solicite exemplos disso e peça autorização para observar atividades em sala de aula.
- Como a escola se articula com os pais e as mães das crianças?



Atenção!

Durante a realização dos desafios propostos, você, aprendente, deverá interagir com os(as) mediadores(as) pedagógicos(as) a distância por meio do AVA - Moodle para dirimir dúvidas e receber orientações. Se tiver dificuldades para acessar o AVA <www.ead.ufpb.br>, consulte o(a) mediador(a) pedagógico(a) no Pólo Municipal de Apoio Presencial.

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 4

Aula 5

Aula 6



UNIDADE II

APRENDENDO SOBRE LEGISLAÇÃO, DIRETRIZES EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DIREITOS DA CRIANÇA

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”
(Constituição Federal, Art. 227).

SUMÁRIO DA UNIDADE

Nesta unidade, estudaremos a legislação da educação infantil. Iniciaremos apresentando um breve histórico da educação infantil no Brasil, apontando mudanças que ocorreram no cenário nacional para, a seguir, tratar de um tema relevante e de interesse nacional, que são os direitos das crianças e dos jovens. Finalmente, focamos no direito de brincar da criança pequena, analisando, nesta aula, as diferenças entre a cultura infantil e a cultura do adulto. É importante que, ao percorrer esse caminho de estudo, você procure sempre articular seus conhecimentos e compreensões com os outros componentes curriculares, tendo a criança pequena na escola como foco de sua atenção. Esse exercício ajudará você a construir sua identidade profissional como educador(a) da educação infantil.



AULA 4: BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

SUMÁRIO DA AULA

Nesta aula, estudaremos um pouco da história da legislação da educação infantil, com a finalidade de apresentar a você alguns documentos da política educacional de suma importância para a educação de crianças pequenas, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional e os Referenciais Curriculares. Nosso objetivo é o de ressaltar a importância de se estar atento à legislação e sua aplicação nas escolas.




UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

Todo(a) educador(a) deve conhecer a legislação pertinente ao campo da educação. De forma mais detalhada, é fundamental conhecer as leis e as diretrizes que dizem respeito ao nível educacional em que atua. Um(a) Pedagogo(a) habilitado(a) para atuar em educação infantil deve conhecer alguns documentos oficiais (isto é, publicados pelo governo), que são chaves no contexto atual da educação brasileira.

Na aula anterior, você já teve acesso a dois documentos importantíssimos para entender a política pública que regulamenta a Educação Infantil nos estados e municípios brasileiros - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (MEC, 1996) - que conceitua a Educação Infantil, e a Política Nacional de Educação Infantil (MEC/SEB, 2006), que estabelece a estrutura e o funcionamento das creches e pré-escolas.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A LDB estabelece *níveis escolares e modalidades educacionais*. Os níveis escolares são constituídos pela **Educação Básica**, formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental (ciclo I – do 1º. ao 5º. ano) e ciclo 2 (do 6º. ao 9º. ano), pelo ensino médio (constituído por três anos) e pela **Educação Superior**, que podem ser oferecidos em instituições públicas ou privadas. As *modalidades educacionais*, por outro lado, são constituídas pela Educação de Jovens e Adultos, (LDB - Seção V), pela Educação Profissional (LDB - Capítulo III) e pela Educação Especial (LDB - Capítulo V), ou seja, educação de alunos(as) com deficiência mental, auditiva, visual, física e também daqueles com altas habilidades e superdotação nas escolas da rede de ensino comum, segundo estabelece a orientação inclusiva, conforme estudaremos na Unidade 3.



Como leitura opcional, você pode acessar a *Política Nacional de Educação Especial* recém- publicada pelo MEC: visite o www.google.com e escreva o nome do documento acima.

É importante enfatizar que, enquanto a LDB (publicada em 1996) estabelece como faixa etária para o estudante pré-escolar a idade entre 4 e 6 anos (Art. 30, II), o documento da *Política Nacional de Educação Infantil*, publicado em 2005, determina:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) abre a possibilidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental para as crianças de 6 anos, faixa etária que concentra o maior número de matrículas na Educação Infantil. Essa opção colocada aos sistemas de ensino diminui a demanda para esta etapa educacional e amplia a possibilidade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos. Para tanto, é imprescindível garantir que as salas continuem disponíveis para a Educação Infantil, não sendo utilizadas para o Ensino Fundamental e tampouco transformadas em salas de alfabetização 1. A inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, no entanto, não pode ser efetivada sem que sejam consideradas as especificidades da faixa etária, bem como a necessidade primordial de articulação entre essas duas etapas da Educação Básica. (BRASIL, 2005, p. 06).

Assim, a partir da publicação da política, inúmeros estados e municípios brasileiros passaram a promover um aumento gradual de matrículas de crianças de 6 anos de idade no 1º. ano do ensino fundamental.

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 4

Aula 5

Aula 6

A Professora <**Roseneide Monte**>, em sua dissertação, mostra um panorama do desenvolvimento histórico da educação infantil no Brasil, contextualizando as mudanças ocorridas na construção desse nível escolar no sistema educacional de nosso país. A autora aborda, de forma sucinta e consistente, o desenvolvimento das políticas públicas de atendimento às crianças com idade entre 0 e 5/6 anos e enfatiza a necessidade de ruptura com o modelo historicamente assistencialista da educação oferecida para crianças, assim como a urgência de mudanças em direção à concepção de seus direitos, principalmente para as que são de grupos sociais populares. (Tal mudança é também abordada no componente curricular Estágio Supervisionado em Magistério da Educação I, particularmente na Unidade 3, quando trata das 'Instituições de educação infantil: da história político-social à perspectiva pedagógica').



MONTE, F. R. *Contextualizando a Educação Infantil*. In. **Inclusão na Educação Infantil: concepções e perspectivas de educadoras de creche**. Universidade Católica de Brasília. PPG. Dissertação de Mestrado. pp. 09 a 23. 2006.

O arquivo em pdf encontra-se disponível no AVA - Moodle.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

Faremos, agora, uma breve abordagem acerca de outro documento muito importante na atual conjuntura da educação infantil brasileira: o <**Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**> (BRASIL, 1998), que é constituído por três volumes. O referencial define que o trabalho pedagógico na Educação Infantil envolve o brincar e a socialização:

o *brincar*, como forma de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil, e a *socialização* das crianças, por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. (BRASIL, 1998, Vol. 1, p. 13).



Os três volumes do RCNEI estão disponíveis nos endereços abaixo e no CD-rom do Aprendizante, Vol. 2.

Vol 1: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf>

Vol 2: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>

Vol 3: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

Essa orientação didática tem como objetivo “assegurar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento sócio-afetivo, físico, intelectual” (MEC/SEESP, 2005, p. 17) da criança, ao mesmo tempo em que oferece as bases para a aquisição e a construção de conhecimentos. Na mesma linha, pesquisas sobre o

desenvolvimento humano, formação da personalidade, construção da inteligência e aprendizagem nos primeiros anos de vida apontam para a importância e a necessidade do trabalho educacional nesta faixa etária (.) [assim como outras que iluminam a importância] do convívio da criança, sujeito

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

de direitos, com seus pares, com crianças de outras idades e com adultos (MEC/SEB, 2006, p. 7).

Assim, não há dúvidas de que a Educação Infantil constitui um serviço público indispensável para promover o desenvolvimento de qualquer criança e, conseqüentemente, o combate à exclusão educacional, particularmente, das crianças dos grupos sociais com maior risco de ser empurrados para a margem do sistema educacional, dentre as quais se encontram as crianças negras, as de favela, com necessidades educacionais especiais etc. É por isso que as *Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil* estabelecem que “a educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças.” (MEC/SEB, 2005, p. 17).

Convém registrar que, quanto maior for o apoio das escolas às famílias, maiores as chances de os familiares apoiarem os processos de desenvolvimento educacional de seus filhos e filhas, em geral, e, em particular, aos pais de crianças com necessidades especiais. Creches e pré-escolas que adotam a orientação inclusiva precisam, portanto, estar preparadas para responder às demandas que emergem com a matrícula de crianças com necessidades especiais no contexto escolar, pois esse atendimento deve envolver um ‘novo fazer pedagógico, [com] diferentes dinâmicas e estratégias, complementação, adequação e suplementação curricular quando necessário (MEC/SEESP, 2005, p. 12).

Agora, vamos dirigir nossa atenção a um dos temas mais relevantes da atualidade: os direitos da criança. O que você sabe sobre esse assunto? O que já viu na TV, ouviu no rádio, leu em revistas, pesquisou na Internet ou assistiu em filmes? Procure se aquecer para esse tema, conversando com seus colegas sobre o que sabe e o que pensa a respeito da defesa e da promoção dos direitos das crianças e dos jovens.

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 4

Aula 5

Aula 6

AULA 5: PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA

SUMÁRIO DA AULA



Esta é uma aula muito interessante para um educador(a) porque trata de um tema fundamental para sua formação profissional. Aqui abordamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DDH), a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a lei que regulamenta o determinado pela CDC. Esperamos que você se enriqueça com esses conhecimentos e se sinta estimulado a aprofundar esse tema ao longo de sua trilha neste curso. Bons estudos!

A história mostra que nem todas as pessoas ou grupos sociais têm os mesmos direitos. Por exemplo: grupos sociais constituídos por mulheres, negros(as), indígenas, pessoas portadoras de necessidades especiais, entre outros, lutaram, no passado, e ainda lutam para conquistar direitos iguais na sociedade. Embora muitas barreiras tenham sido removidas, e esses grupos tenham conquistado espaços sociais cada vez maiores e mais relevantes, ainda existe muita desigualdade traduzida na falta de oportunidades para se atingir o pleno desenvolvimento de cada indivíduo. Particularmente, a história mostra que os direitos das crianças têm sido sistematicamente violados. Hoje, conhecemos campanhas para proteger as crianças de todas as formas de violação, incluindo a violência doméstica, o trabalho escravo, a prostituição infantil e o abuso sexual, entre outros. As crianças constituem um grupo social extremamente vulnerável porque estão sujeitas ao poder dos adultos, contra os quais não têm forças para lutar, ou maturidade suficiente para entender e lidar com quem as vitima.

O que é uma Convenção?

Trata-se de um documento internacional com poder legal. As convenções são instrumentos que os governos dos países-membros ratificam e adotam como base das legislações de cada país. Por exemplo, a *Declaração dos Direitos Humanos* foi publicada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e constitui o primeiro documento internacional que reconhece a igualdade humana universal da dignidade e dos direitos. Na condição de convenção, estabelece os direitos que governam a relação entre o governo e o indivíduo (ou grupo social), que deve ser capaz de exercitá-los plenamente e ter a garantia do governo de que os mesmos serão respeitados. A Declaração dos Direitos Humanos é regida por quatro princípios fundamentais e incondicionais (aqui relevantes para se entender a Convenção dos Direitos da Criança), a saber:

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

<p>Universalidade Os direitos humanos são universais, ou seja, aplicam-se a todo ser humano, sem distinção.</p>	<p>Indivisibilidade Todos os direitos são interdependentes - existe uma complementaridade dos direitos que não é hierárquica - e todos devem ser garantidos em sua totalidade pelo Estado.</p>
<p>Responsabilidade Todos temos o dever de proteger, cumprir e respeitar os direitos humanos, e o Estado é responsável por garantir que esses direitos sejam assegurados através de medidas legais.</p>	<p>Participação Como cidadãos, todos os seres humanos têm o direito de estar envolvidos no processo de tomadas de decisão sobre os direitos humanos.</p>

Como consequência da publicação da DDH, inúmeras convenções foram aprovadas para referendar os direitos estabelecidos na mesma, ao mesmo tempo em que visam garantir algum direito em particular, como, por exemplo, a *Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres* (1952), a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* (1965), a *Convenção dos Direitos da Criança* (1989) e, muito recentemente, a *Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência* (2007). As convenções são ratificadas (assinadas) pelos governos, contudo, sua ratificação não garante que leis sejam criadas ou que os direitos estabelecidos pelo documento sejam respeitados; muitos anos podem se passar até que isso aconteça.

Lembra-se de que tratamos da situação da vulnerabilidade das crianças com relação aos adultos? Pois bem, exatamente por isso foi necessária a publicação da *Convenção dos Direitos da Criança*, ou apenas CDC, a respeito da qual falaremos agora.

Convenção dos Direitos da Criança

Os direitos da criança têm sido foco de preocupação das Nações Unidas há muitos anos. O primeiro documento publicado pela ONU, que trata dos direitos da criança, foi a *Declaração dos Direitos da Criança* de 1952, portanto, apenas quatro anos depois da publicação da Declaração dos Direitos Humanos, indicando, já naquela época, a relevância do tema. Em 1985, a ONU publicou as *Normas Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil* (As Normas de Beijing) e, em 1989, publicou a *Convenção dos Direitos da Criança*, que, finalmente, ganha poder legal, pois tem *status* de convenção e deve ser assumida como documento norteador de legislações em todos os países-membros das Nações Unidas.

Com a publicação da CDC em 1989, na década de 90, o compromisso com os direitos da criança ganha impulso, e inúmeros documentos internacionais foram aprovados com o objetivo de defender e promover os direitos das crianças, em geral, e, em particular, daquelas que vivem em situação de risco. No Brasil, temos o *Estatuto da Criança e do Adolescente* - ECA (MAS, 1990) - que tem como objetivo legislar o cumprimento de tais objetivos.

A CDC contém 54 artigos e considera 'criança' qualquer pessoa entre zero e 18 anos de idade. Seus artigos garantem mecanismos legais, que oferecem as bases para ações jurídicas

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 4

Aula 5

Aula 6



A **Convenção dos Direitos da Criança (CDC)** pode ser acessada por meio do endereço:

http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php

contra órgãos administrativos, entidades civis e de cunho social, escolas e outros. O conteúdo dos Artigos 2º, 3º, 6º, 12 e 23 fornece elementos legais para a elaboração de estratégias de inclusão e formas de garantir que **todas** as crianças tenham acesso à escolarização e ao sucesso escolar.



Art. 2º - Os estados assegurarão a toda criança sob sua jurisdição os direitos previstos nesta convenção, **sem discriminação de qualquer tipo**, baseados na condição, nas atividades, opiniões ou crenças de seus pais, representantes legais ou familiares.



Art. 3º - Todas as medidas relativas às crianças tomadas por instituições de bem-estar social públicas ou privadas, tribunais e autoridades administrativas, deverão considerar, primordialmente, **os interesses superiores das crianças** e se comprometerão em assegurar a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, particularmente no tocante à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seus profissionais e à existência de supervisão adequada.



Art. 6º - Todos os estados reconhecem que **toda criança tem direito à vida** e assegurarão ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.



Art. 12 - Aos estados cabe assegurar à criança o direito de exprimir suas opiniões livremente, levando-se em conta sua idade e maturidade. Será dada à **criança a oportunidade de ser ouvida** em qualquer procedimento judicial e administrativo que lhe diga respeito em conformidade com as regras processuais do direito nacional.




Art. 23 - Os estados reconhecem que toda criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá **desfrutar de uma vida plena e decente**; reconhecem o direito da criança deficiente de **receber cuidados especiais**; estimularão e assegurarão a **prestação de assistência adequada** ao estado da criança, que será gratuita e visará assegurar à criança deficiente o **acesso à educação, à capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, à preparação para emprego e às oportunidades de lazer** de forma que ela atinja uma completa integração social. Os estados promoverão ainda o intercâmbio e a **divulgação de informações a respeito de métodos e técnicas de tratamento, educação e reabilitação** para que se possam aprimorar os conhecimentos nestas áreas.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

No Brasil, o ECA (MAS, 1990) foi publicado em 1990, como uma resposta às diretrizes internacionais, e prioriza a criança e o adolescente brasileiros ao estabelecer os direitos e os deveres do Estado para com eles:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.



Todos os documentos acima citados estão disponíveis na rede. Você pode usar o sistema de busca *google* ou qualquer outro para localizá-los e realizar o *download* dos mesmos. Organize uma pasta com esses documentos que são valiosos para conhecimento e consulta.

Sejam esses *estudantes* deficientes ou sob outras condições de vulnerabilidade, entre as quais, as de ser negro, indígena, ser jovem e estar grávida, ser do campo e estudar na zona urbana etc.

O <ECA>, na condição de lei, assegura às crianças e ao jovem: (a) o direito de proteção integral; (b) o direito de ser ouvido; (c) o direito de *ter* direitos e (d) a criação dos Conselhos Tutelares nos municípios, cuja atribuição é a de proteger a criança e o adolescente sempre que os seus direitos "*forem violados ou ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, em razão de sua conduta.*" (MAS, 1990, p. 23).

A escola, enquanto espaço de convivência e formação humana, assim como os educadores(as), de modo geral, constituem elementos-chave no combate a todas as formas de discriminação, à violência e à violação dos direitos das crianças e dos jovens. Nesse papel, os (as) educadores(as) devem se transformar em **agentes de proteção de alunos e alunas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade na escola** e se comprometer com a identificação, a busca de soluções e a remoção das situações que geram tal vulnerabilidade. Dessa forma, a aquisição de conhecimentos sobre os direitos humanos, os direitos da criança de qualquer origem, etnia, grupo social, etc. é crucial para o(a) educador(a) compreender a extensão, o valor e a importância de seu papel como agente de proteção, organizador de redes de apoio e promoção desses direitos.

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 4

Aula 5

Aula 6

AULA 6: DIREITO DE BRINCAR: O LÚDICO NA INFÂNCIA

SUMÁRIO DA AULA



Nesta aula, estudaremos a intermediação do lúdico criativo no contexto da educação infantil. Abordaremos o direito da criança pequena de brincar. A seguir, analisaremos as diferenças entre a cultura infantil e a cultura do adulto, com vistas a enfatizar a importância da primeira. Finalmente, trataremos do lúdico como base de aprendizagens significativas para a criança. Nosso objetivo, nesta unidade, é que você – futuro(a) professor(a) de crianças – libere a criança que existe em você... Continue seus estudos com disciplina e autodeterminação. Desenvolva seu potencial crítico, reflexivo e criativo. Sucesso nesse novo percurso!

O crescimento humano e a socialização levam o ser humano, muito cedo, a deixar para trás a ludicidade. Ser adulto parece que, necessariamente, implica ser racional. Paulo Freire (1986, p. 35), nosso sábio mestre, afirmou que

É necessário que evitemos outros medos que o cientificismo nos inoculou. O medo, por exemplo, de nossos sentimentos, de nossas emoções, de nossos desejos, o medo de que ponham a perder nossa cientificidade. O que eu sei, sei com o meu corpo inteiro: com minha mente crítica, mas também com os meus sentimentos, com minhas intuições, com minhas emoções. O que eu não posso é parar satisfeito ao nível dos sentimentos, das emoções, das intuições. Devo submeter os objetos de minhas intuições a um tratamento sério, rigoroso, mas nunca desprezá-los.

É natural que tenhamos medo do que não conhecemos, seja porque não entendemos algo ou porque estamos fechados em nossas próprias crenças para enxergar o que o medo nos impede de ver. Com essa afirmação, Freire nos desafia sobre sentimentos que nos paralisam, que deveriam se tornar motivações para irmos além. Estudaremos, nesta aula, o distanciamento entre o mundo adulto e o mundo infantil e os desafios que se colocam ao professor da educação infantil.

Vimos, nas aulas anteriores, que já há estudiosos defendendo uma Pedagogia da Infância. Lembra-se dos argumentos de Ângela Coutinho e de Eloísa Candal, estudados na Unidade 1, quando tratamos de práticas curriculares na educação infantil? Então, aqui vamos aprofundar esse tema, de extrema relevância.

A cultura infantil e a cultura do adulto


Os trabalhos de Jean Piaget inspiraram várias experiências educativas centradas no desenvolvimento infantil. A partir dos anos 20, o teórico dedicou-se a uma imensa tarefa de pesquisa, cujos sujeitos da investigação eram crianças na faixa etária de zero a seis anos de

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

idade. Piaget elaborou a teoria do desenvolvimento cognitivo, integrando etapas que vão desde o nascimento até a vida adulta.



Se você quer aprofundar seu conhecimento sobre Jean Piaget, visite o site: www.ipiageteditora.com/



Na unidade 1, abordamos a **'Pedagogia para a Infância'** proposta por Ângela Coutinho e Eloísa Candal. Se achar necessário, releia o assunto.

Os estudos de <Piaget> revelam que o pensamento infantil é qualitativamente diferente do pensamento do adulto porque, na criança, há a primazia de uma concepção lúdica da realidade. Ela interage com o seu entorno, por meio da ludicidade criativa, das brincadeiras de faz de conta, ao imitar ou copiar o papel dos adultos. O mundo existe para a criança quando lhe é possível jogar com ele. No mundo do adulto, aprendemos que "não se deve jogar".

Enquanto o adulto reflete e toma decisões baseadas no raciocínio lógico, a criança simplesmente "age de corpo e alma" sobre o meio. Isso significa que a bagagem pessoal (capacidades, motivações, atitudes) da criança pequena e a forma como vive as aprendizagens escolares são elementos determinantes do resultado das mesmas. Nesse processo, o educador tem papel-chave na promoção do envolvimento da criança nas atividades e experiências que desenvolve em seu sucesso escolar. Para cuidar e educar crianças pequenas, o educador deve ser capaz de entender a cultura e a ludicidade infantil: penetrar no universo lúdico da criança e respeitar sua natureza, não impondo a cultura racional do mundo adulto. Para ser um educador infantil, então, é imprescindível que o profissional dessa área esteja aberto para resgatar em si a sua ludicidade e reaprender naturalmente a brincar.

Quando o educador é capaz de fazer uma leitura mais acurada da cultura infantil, interessa-se em "auscultar" as crianças. Assim como o médico cardiologista ausculta o nosso coração, o educador infantil "ausculta" as crianças para poder conhecer seus segredos, invenções e projetos.

A criança não é um adulto em miniatura!

A importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança não é um tema novo, mas é recente nas políticas públicas educacionais do nosso país. O binômio escolarização e desenvolvimento infantil tem sido objeto de estudo de renomados teóricos, dentre os quais, destacamos Froebel, pedagogo alemão que, desde o Século XIX, já se preocupava com o desenvolvimento do potencial humano a partir dos primeiros seis anos de vida.

Em 1837, Froebel fundou, em Blankenburg, sua primeira escola infantil (Kindergarten), que era aberta a todas as classes sociais, sem diferenciação de condições econômicas, ou seja, a escola adotava o princípio dos direitos igualitários para todos, muito antes da publicação da DDH. Bastante original para sua época, a teoria froebeliana nega a concepção pedagógica então vigente de que "a criança é um adulto em miniatura" e propõe novos pressupostos para a educação infantil, que são válidos para nossa reflexão sobre o papel da educação infantil hoje, e que elencamos a seguir:

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

- √ Não se educa a criança para a vida adulta, e, sim, para a vida que a rodeia;
- √ Os seres humanos não se educam de fora para dentro, mas no processo inverso, do desenvolvimento interior para o exterior;
- √ A educabilidade infantil deve partir das motivações intrínsecas para as extrínsecas;
- √ O educador infantil deve observar a criança ao brincar, ao realizar trabalhos manuais, para descobrir seus dons, capacidades, interesses e aptidões;
- √ A musicalidade é um recurso didático que estimula o desenvolvimento infantil;
- √ O educador infantil deve ajudar a criança a expressar-se por meio do canto, das brincadeiras, da linguagem oral, gráfica, mímica e matemática;
- √ Os primeiros anos da educação infantil devem ser “somente protetores, guardadores, e, não, prescritivos, categóricos, interferidores”;
- √ É direito da criança viver de acordo com sua natureza, tratada corretamente, deixada livre, para que use todo o seu poder imaginativo criativo;
- √ A criança precisa aprender cedo como encontrar, por si mesma, o centro de todos os seus poderes e membros, para agarrar e pegar com suas próprias mãos, andar com seus próprios pés, encontrar e observar com seus próprios olhos. (HUGHES, 1995)

O lúdico como base de aprendizagens significativas para a criança

Ao assumir a postura de compreender o mundo da criança, o educador abre mão de pressupostos consagrados pela pedagogia tradicional, que determinam que a criança pequena deve aprender o que *o adulto acha que é importante para seu desenvolvimento como educando*.

Um educador comprometido com a Pedagogia da Infância deve, contudo, buscar formas inovadoras para oportunizar aprendizagens (educar) que sejam significativas no universo da criança e que, ao mesmo tempo, assegurem seu bem-estar (cuidados). Para tanto, precisa exercitar seu espírito lúdico, interagindo com as crianças, brincando e jogando com situações da vida diária, assumindo diferentes papéis, criando vínculos e relações entre os diversos acontecimentos das culturas infantil e do adulto.

As ações educativas inovadoras garantem a motivação da criança desde a mais tenra idade, preparando-a para as fases mais complexas de seu processo de escolarização. O processo “cuidar e educar”, em relação a crianças pequenas, exige do educador planejamentos de situações educativas que envolvam ludicidade, criatividade e interatividade.

Inúmeras pesquisas sobre a educação infantil apontam novos rumos educacionais. O desafio que agora se coloca aos sistemas educacionais e aos educadores é como aplicar o que já foi construído cientificamente. Muito conhecimento teórico já foi acumulado e muito pouco aplicado nas escolas. Como vimos nas aulas anteriores, as políticas públicas visam articular teorias educacionais e o fazer docente, com base no conhecimento já acumulado sobre a cultura infantil e a *práxis* pedagógica na infância, com a finalidade de preparar educadores para usarem novas metodologias educacionais, com a intenção de promover, de forma efetiva, o “cuidar e educar”, desde muito cedo.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 4	Aula 5	Aula 6

A escola de educação infantil caracteriza-se, portanto, como um espaço de múltiplas abrangências, que devem ser orientadas com uma abordagem holística, a fim de promover a socialização, o desenvolvimento cognitivo e psicomotor, afetivo e lingüístico etc. de cada criança. Esses processos estão na raiz da brincadeira infantil. É importante lembrar que a escola pública de hoje também atua como espaço compensatório para carências nutricionais, afetivas e culturais, principalmente para as crianças cujas famílias vivem em situação de risco sócio-econômico. Nesse sentido, a escola de educação infantil constitui-se como um espaço sobremaneira importante para reduzir os riscos pedagógicos de reprovação, desistência e fracasso escolar, que ameaçam cotidianamente a escolarização das crianças brasileiras.

Passamos agora a compartilhar com você um exemplo real sobre o brincar e o educar na escola infantil.

Um exemplo concreto de brincar e educar

Você se lembra de que a criança tem o direito de brincar a fim de desenvolver todas as suas potencialidades, e o adulto deve proteger e promover os seus direitos?

Então, os jogos didáticos e as brincadeiras livres (propostas ou aquelas que ocorrem espontaneamente no espaço escolar) são estratégias importantes para a criança pequena aprender inúmeros comportamentos sociais, tais como cooperar com os seus colegas, aprender a interagir, respeitar os direitos e os ritmos dos outros, ser tolerante e dar oportunidades aos demais.

Numa aula de pintura, por exemplo, crianças podem 'brincar' (no sentido pedagógico) juntas na construção de uma pintura coletiva - painel - sobre um tema relevante (ex. família, animais, plantas, higiene pessoal, brinquedos etc.) para a sua vida ou seu desenvolvimento.

Nesse contexto, o(a) educador(a) deve atuar como facilitador(a) das relações entre os seus alunos, de forma a estimulá-los para se apoiarem mutuamente e sentirem prazer ao realizar a atividade, durante a qual o(a) professor(a) deve estar atento(a) aos elementos constituintes de uma interação saudável, como o respeito ao colega, a participação de todos, igualmente, e a tolerância.

Enfim, a sala de aula deve ser um espaço onde a criança aprenda a viver socialmente, a respeitar as diferenças humanas e a extrair de cada situação o melhor para si mesma.

Na próxima unidade, abordaremos o tema "perfil do educador da infância". Consideramos que, ao adquirir conhecimentos básicos sobre o contexto da educação infantil, como estudado na Unidade I, e sobre a legislação e os direitos da criança, conforme visto na Unidade II, você já está em posição de refletir, de forma crítica, sobre seu papel como educador da educação infantil.

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 4

Aula 5

Aula 6



DESAFIOS

Objetivo: Identificar características da cultura da infância em atividade realizada em uma escola de educação infantil.

1) Assista à vídeo-aula sobre **<Cultura da Infância: brincar e apre(e)nder>**.



Para assistir à vídeo-aula indicada, dirija-se ao PMAP e solicite-o ao (à) m e d i a d o r (a) p e d a g ó g i c o (a) p r e s e n c i a l .

2) Observe a relação estabelecida entre:

- a. a educadora infantil e as crianças;
- b. as crianças;
- c. os meninos e as meninas;
- d. as crianças e o(a) professor(a).

3) Com base nas imagens e nos depoimentos, **analise quais elementos** das interações ocorridas durante as atividades propostas refletem e/ou representam a Cultura da Infância. Não se esqueça de explicitar as imagens que se referem às suas análises para cada um dos itens acima ("a" a "d") do desafio anterior.

4) **Elabore sua análise** em, no máximo, três páginas e ofereça **uma** sugestão ao(à) professor(a) para que ele(a) melhore sua prática curricular com vistas a valorizar a Cultura da Infância. **Poste-a no AVA - Moodle.**

5) Ao estudar as Unidades I e II, **retire as palavras novas, procure suas definições e acrescente-as ao Glossário do nosso componente curricular** – Seminários Temáticos de Prática Curricular I.



Atenção! Atenção!

Durante a realização dos desafios propostos, você, aprendente, deverá interagir com os(as) mediadores(as) pedagógicos(as) a distância por meio do AVA - Moodle para dirimir dúvidas e receber orientações. Se tiver dificuldades para acessar o AVA <www.ead.ufpb.br>, consulte o(a) mediador(a) pedagógico(a) no Pólo Municipal de Apoio Presencial.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9



UNIDADE III

PERFIL DO EDUCADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE E NO COMBATE À EXCLUSÃO

A exclusão age contra crianças em todos os países, todas as sociedades e todas as comunidades. No nível nacional, as causas básicas da exclusão são pobreza, governança fraca, conflitos armados e HIV/ Aids. Esses fatores (.) aumentam os riscos de perder a infância e de enfrentar contínua exclusão enquanto adultos. (UNICEF, 2007, p. 11).

SUMÁRIO DA UNIDADE

Nesta aula, estudaremos o perfil do educador e algumas das competências que o docente precisa desenvolver para atuar na educação e os cuidados com crianças de hoje que têm idade de zero a 5/6 anos. A seguir, abordaremos o lúdico criativo na prática curricular, na escola de educação infantil, como elemento fundamental e natural da cultura da criança. Finalmente, refletiremos sobre o conceito de inclusão educacional e seu papel hoje na formação do educador da infância.



AULA 7: *COMPETÊNCIAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CUIDAR DE CRIANÇAS PEQUENAS E EDUCÁ-LAS*

SUMÁRIO DA AULA

Começamos fazendo um breve resgate das políticas públicas relativas ao público infantil para, em seguida, apresentar o panorama mundial sobre a vulnerabilidade na infância. Caracterizamos então as crianças pequenas de hoje e passamos a tratar do perfil necessário ao docente que atua nas escolas de educação infantil atuais.




UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

As aulas estudadas anteriormente sobre educação infantil destacam sobremaneira a importância de políticas públicas que tenham como foco a preparação de docentes com o perfil de educadores de crianças em fase pré-escolar. Esses educadores são profissionais indispensáveis, no contexto da educação infantil brasileira de hoje, porque é a sua ação que plantará as bases sólidas para o desenvolvimento da criança nesse período da vida e de sua futura escolarização.

Aprendemos também sobre as inúmeras mudanças que se operam na legislação brasileira como resposta às diretrizes internacionais. Cabe, aqui, destacar que, até a publicação da LDB em 1996, conforme estudado na Unidade I deste componente curricular, não havia exigências de formação específica aos educadores das escolas infantis. Estados e municípios brasileiros tendiam a firmar convênios com organizações filantrópicas ligadas ao Ministério da Assistência Social, a fim de oferecer serviços para essa população. O papel do Ministério era o de efetuar o “repasso de recursos [e], muitas vezes, sem um trabalho de acompanhamento e supervisão pedagógica” (BEAUCHAMP, 2005, p. 10). Apesar das significativas mudanças que já ocorreram, ainda prevalece o caráter assistencialista que foi instituído há anos: a predominância da concepção do ‘cuidar’ em detrimento do ‘educar’ de crianças matriculadas em creches e pré-escolas. No componente curricular Estágio Supervisionado I, você aprofundará os conhecimentos sobre a tendência assistencialista da educação infantil.

Vulnerabilidade na infância: panorama mundial




Para conhecer mais sobre os **objetivos do milênio**, visite os sites:
www.objetivosdomilenio.org.br
www.nospodemos.org.br
 Para ter acesso ao Relatório do UNICEF, *Situação Mundial da Infância 2006*, entre no site:
www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/10400

Você já ouviu falar dos **<Objetivos de Desenvolvimento do Milênio>** ou apenas **ODM**? Esses objetivos, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, constituem metas mundiais que, como você verá a seguir, são fundamentais para assegurar os direitos da criança de ser cuidada e educada. Os ODM são os seguintes:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar educação primária universal;
3. Promover a igualdade de gênero e capacitar a mulher;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
7. Garantir sustentabilidade ambiental e
8. Estabelecer uma parceria global em favor do desenvolvimento.

De acordo com o Relatório do **<UNICEF>**, *Situação Mundial da Infância 2006, Excluídas e Invisíveis*, que ilumina que o descumprimento das metas do milênio provocará graves conseqüências para as crianças da geração atual, principalmente as pequenas,



UNICEF significa Fundo das Nações Unidas para a Infância .

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

As taxas de progressos atuais, por exemplo, revelam que o número de mortes de crianças menores de cinco anos chegará, em 2015, a 8,7 milhões [... isto significa que] para milhões de crianças, alcançar os objetivos [do milênio] é uma questão de vida ou morte, de desenvolvimento ou regressão. (.) As crianças mais novas são particularmente vulneráveis: privações sofridas neste estágio afetam os seres humanos por todo seu ciclo de vida. Crianças negligenciadas ou vítimas de abusos nos primeiros anos de vida sofrem danos dos quais jamais se recuperam totalmente, e que podem impedi-las de alcançar seu potencial pleno como crianças mais velhas, como adolescentes e como adultos. (.) Aquelas que não completam a escola primária têm menor probabilidade de adquirir habilidades de alfabetização, habilidades com números e habilidades cognitivas, que melhorem suas perspectivas de rendimento adequado na vida adulta (UNICEF, 2006, pp. 4-6).

Com base em tal panorama mundial, fica fácil para você, aprendente, compreender a importância de seu papel na vida das crianças pequenas com as quais você venha a trabalhar nas escolas. Uma escola comprometida com o desenvolvimento infantil é uma escola comprometida com a nutrição adequada e a articulação com a família, qualquer que seja sua configuração; com a segurança; com o respeito; com a identificação de necessidades e habilidades particulares a cada criança; com a educação compatível com essa fase da vida infantil e sua preparação para a alfabetização. Os educadores dessa escola devem planejar, cuidadosamente, todos esses aspectos da vida da criança, a fim de potencializar seu desenvolvimento e reduzir sua vulnerabilidade.

A concepção de escola assistencialista não serve mais como modelo para as necessidades emergentes da sociedade de informação e, assim, não pode ser mais entendida como um lugar onde 'a criança é deixada porque a mãe não pode ficar com ela durante o dia' ou um 'espaço para a criança fazer o que bem entende' sem direção, orientação ou planejamento educacional. Além disso, é importante lembrar que as crianças de hoje estão continuamente expostas a experiências sensoriais (visuais, auditivas e táteis), lingüísticas, cognitivas, sociais etc., de forma que sua bagagem de experiências é enriquecida a cada dia. As crianças de hoje são mais 'espertas' e 'plugadas' no mundo que as cerca e é responsabilidade da equipe escolar considerar tal repertório em seu planejamento.

As crianças pequenas de hoje: breve caracterização

Atualmente, uma parcela das crianças, mesmo aquelas que vivem em situação de desvantagem sócio-econômica, tem acesso a uma gama variada de informações, conhecimentos, vivências e experiências sensoriais que as crianças de ontem não tinham. Esse repertório infantil não pode ser negligenciado, negado ou desconsiderado pelo professor nem por pais e mães.

As aquisições acontecem no dia-a-dia de forma espontânea e constituem oportunidades de aprendizagens que são propiciadas pelo acesso contínuo a imagens e sons (mídia interativa) que, por sua vez, propiciam o crescimento do poder de imaginação das crianças do Século XXI. Da mesma forma, os estímulos ambientais desenvolvem, de forma significativa, a linguagem oral e a escrita, sua capacidade de se comunicar, as inteligências múltiplas, a capacidade de tomar decisões e de fazer escolhas pessoais, sua autonomia e assertividade. Por exemplo, muito cedo,

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

as crianças da classe média escolhem suas roupas, seus alimentos, brinquedos, amizades etc. Outras, como podemos ver nas ruas brasileiras, às vezes ainda com chupeta na boca, fazem malabarismos nos faróis para conseguir algum dinheiro para o sustento da família.

Tal universo infantil é ainda desconhecido para nós, adultos, educadores, psicólogos etc., e o cotidiano é que vai nos ajudar a aprender sobre essa nova criança com as próprias crianças, assim como devemos aprender sobre as melhores estratégias para educá-las: educar a todas, sem discriminação de qualquer tipo e, sobretudo, assegurar sua segurança e seus direitos, conforme estabelecido pela Convenção dos Direitos da Criança (ONU 1989).


Um professor de crianças pequenas tem de se tornar competente para atuar com essa nova criança, que vive imersa em mudanças intensas, muitas vezes nem percebidas por nós. Devem também se tornar capazes de compreender que essas crianças detêm valores, experiências, comportamentos e visões de mundo diferentes das crianças de ontem ante os mesmos estímulos: as crianças de hoje são uma fonte de aprendizagem para os adultos.

Perfil docente no novo milênio: algumas competências

Lembra-se do que estudou nos componentes curriculares História e Sociologia (Trilhas do Aprendiz, Marco I)? De acordo com a concepção de historiadores, filósofos e sociólogos, a cultura de um povo é o conjunto de modos de vida característicos de cada grupo humano em determinado período histórico. Por analogia, a *cultura da população infantil* deve ser o conjunto dos modos de vida característicos desse grupo da faixa etária de zero a seis anos de idade. Esse nível educacional - que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (conforme estabelecido pela LDB, Seção II, art. 29) - deve se constituir o espaço por excelência para reconhecer, estimular e dinamizar o desenvolvimento da cultura da criança.

Se considerarmos a atual realidade do sistema educacional brasileiro, particularmente no que diz respeito à educação de crianças pequenas, empiricamente sabemos que o processo 'educar & cuidar' do zero aos seis anos de idade não responde às demandas e especificidades da cultura infantil. Isso porque, nos tempos atuais, a educação infantil ainda se centra, principalmente, na preocupação dos(as) professores(as) em preparar a criança para o ensino básico, devendo, portanto:

- Ficar sentada para realizar atividades sistematicamente organizadas pelo docente;
- Desenvolver as habilidades motoras;
- Fazer traçados em folhas já desenhadas pelo(a) professor(a);
- Pintar o que o(a) professor(a) escolhe ou determina;
- Usar a cor pré-determinada pelo(a) docente etc.



" ... cada menino ou menina tinha um vidro e o vidro não dependia do tamanho de cada um, não!"

Leia o capítulo 3: *Quando a escola é de vidro*, do livro **Admirável Mundo Louco**, de Ruth Rocha, disponível na Biblioteca do Pólo Municipal de Apoio Presencial.

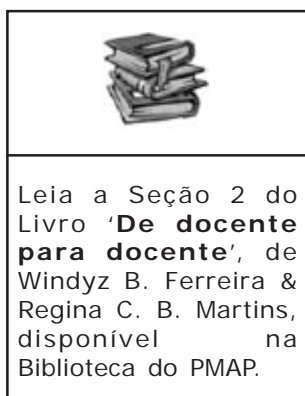
UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

Essa é uma didática tão sistematizada que tolhe qualquer possibilidade de desenvolvimento individual. É um modelo pedagógico que, na verdade, está centrado no futuro, quando a criança deve adquirir a leitura e a escrita (alfabetização), e não, no presente, ou seja, na liberdade que a criança deve ter para criar, tentar, errar e acertar, aprender a interagir e adquirir a autonomia e a segurança necessárias para uma alfabetização efetiva e emocional.

Nesse contexto, repleto de elementos desconhecidos sobre as crianças e de demandas que requerem mudanças por parte dos educadores, precisamos desenvolver novas competências, seja para aprender a compreendê-las melhor, seja para promover seus direitos ou para educá-las. Quais seriam, então, algumas das competências-chave necessárias para *educar e cuidar* na infância? A seguir, abordamos algumas delas, que consideramos fundamentais para o desempenho do papel de docente desses novos pequenos.

Professor(a)-aprendente

As características do novo alunado de nossas escolas nos trazem, como desafio, desenvolver a capacidade de ensinar a todos sem discriminar nenhum. No caso do educador infantil, isso significa que, “para alcançar o objetivo de ensinar a todas as crianças, devemos mudar a forma de ensinar, e isso só é possível se aprendermos a refletir sobre nossa prática [pedagógica] em sala de aula” (FERREIRA & MARTINS, 2007, p. 32). O docente, para tanto, deve ‘aprender a aprender’, ou seja, aprender a:



- Conhecer seus alunos;
- Observar a turma ‘funcionando’ (interagindo, comunicando-se, apoiando-se, confrontando-se, criando etc);
- Registrar dados relevantes sobre os processos de aprendizagens individuais sistematicamente;
- Celebrar as produções se seus alunos (pessoais, acadêmicas, comportamentais, criativas etc.);
- Identificar quem não está aprendendo;
- Refletir sobre seu próprio trabalho como docente (O que fiz que deu certo? O que não funcionou? Quem está de fora? Quem precisa de apoio extra ou outros recursos? etc.).

Preparação para o imprevisto

De acordo com estudos realizados por ARIAS VALLES (1996), a aprendizagem é um processo que ocorre a partir de contextos e motivações distintos. Na sala de aula, há uma ampla gama de elementos intervenientes que sofrem influências de *fatores internos*, como, por exemplo, as emoções, os desejos ou as inibições de uma criança, e de *fatores externos*, tais como a influência

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

do meio ambiente familiar, social e cultural sobre a criança. Qualquer docente do novo milênio deve estar consciente e alerta para o fato de que encontrará ocorrências *totalmente imprevistas* na sala de aula, que, obviamente, não foram planejadas, por isso todos precisam estar abertos às situações inesperadas e ser flexíveis para promover mudanças rápidas e consistentes em suas práticas curriculares.

Planejamento interdisciplinar

O planejamento das práticas curriculares focadas no 'educar & cuidar' na educação infantil precisa incorporar esses eventos insólitos – o imprevisto - ao que já foi planejado. Esse é um momento-chave de articulação *interdisciplinar* entre a cultura infantil (o que a criança trouxe consigo - o que é próprio do seu mundo) e a cultura do adulto (o planejamento formal das atividades que podem ser informais ou formais).

Por exemplo...

Uma criança está usando determinado material, e a coleguinha, subitamente, arranca-o de suas mãos, provocando uma reação que pode ser de raiva e de tentativa de recuperação do que é 'seu', mas também pode se manifestar como indiferença, que a leva a se interessar por outra atividade ou mesmo de partilha: "*Vamos brincar juntas?*"



Esse exemplo ilustra que o professor, nem sempre, tem poder para controlar todos os fatores intervenientes na sua turma (ações e reações comportamentais, emocionais ou outras). Nesse sentido, ele deve perceber a sua classe como um organismo vivo, pulsante, em constante movimento e com possibilidades ilimitadas de mudanças ocasionadas pelas diferenças entre os pequenos que constituem o seu grupo de educandos.

Sensibilidade

Considerando-se, então, a sala de aula como um organismo vivo, com estruturas e formas de funcionamento próprias, é vital que o docente adquira a competência de ser sensível às ocorrências que envolvem jogos de interação, comunicação e interesses variados da criança consigo mesma, com as outras crianças e entre as crianças e a professora, pois isso reflete a vida e as experiências individuais que compõem a teia de relações na classe. Tais ocorrências não podem ser previstas e planejadas, mas existem simplesmente e devem ser abraçadas pelo professor como recursos valiosos à sua prática pedagógica.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

Respeito e afetividade

Empiricamente, sabemos que, ainda com muita frequência, alunos matriculados em creches e pré-escolas se sentem ‘ameaçados’ por alguns de seus professores, seja porque gritam, desvalorizam seus trabalhos ou porque não cuidam deles adequadamente. Assim, o educador infantil que reconhece os direitos da criança deve respeitá-la em todas as suas dimensões. Para isso, deve adotar as seguintes posturas:

- Não humilhar as crianças;
- Não ameaçá-las;
- Valorizar o que quer que tenham realizado;
- Não considerar ‘bobagens’ suas produções;
- Não castigá-las física (“Agora você vai ficar sentada aí!”), psicológica (“Você é feio, não gosto de você!”) ou pedagogicamente (“Menino que não faz tarefa não participa do recreio!”).

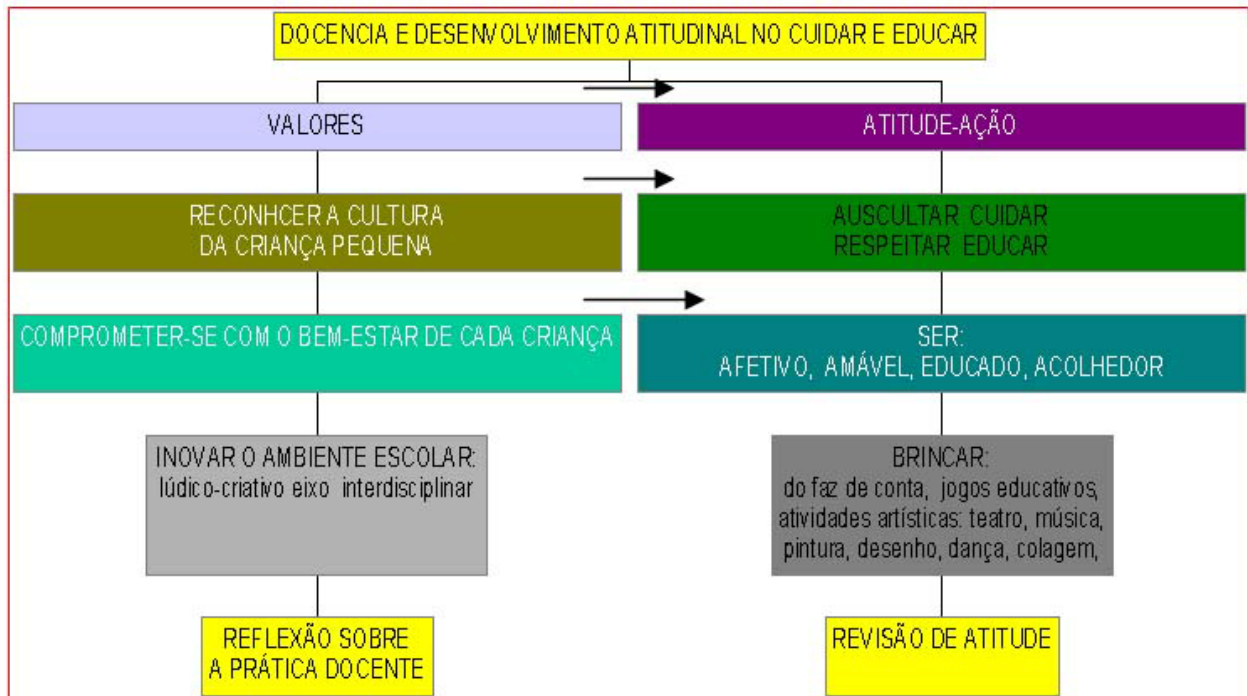
Portanto, nessa fase, devemos aprender sobre a cultura da criança, ao invés de ‘discipliná-la’ e ‘colocá-la em um vidro’, conforme a história do livro *Admirável Mundo Louco*, de Ruth Rocha. O professor aprendente deve estar em sintonia com o seu educando, criando espaços para que este possa realizar toda a sua potencialidade criativa e lúdica, fundamental ao desenvolvimento dos níveis superiores cognitivos que, naturalmente, oferecem as bases para sua aprendizagem escolar posterior.

Na Aula 2, da Unidade I, vimos a concepção *fabril de currículo*, que entendia o aluno como um ‘produto de fábrica’. Contudo, na sociedade em que vivemos, esse modelo não mais satisfaz às demandas da formação humana que se pretende, razão por que é preciso que se permute o modelo pedagógico de base capitalista, desde a educação infantil, a fim de assegurar a qualidade do binômio ‘cuidar & educar’ holisticamente. O professor deve entender e incorporar que a ênfase de sua ação pedagógica deve ser a vivência lúdico-criativa inerente à cultura infantil e reconhecer e valorizar a sociabilidade, o respeito às diferenças individuais e o papel docente no ‘vir a ser’ de cada criança. Portanto, o processo ensinar/aprender na escolarização infantil deve estar centrado na substituição das experiências didático-metodológicas tradicionais por ações pedagógicas inovadoras e inclusivas, que devem:

- Estabelecer, como ponto de partida do processo ensinar/aprender os conhecimentos prévios de cada criança e do grupo-classe como um todo (traços sócio-culturais, situação familiar, valores que prevalecem em cada meio social);
- Reconhecer e respeitar os diferentes valores característicos de cada classe social;
- Ter sensibilidade para detectar as diferenças individuais e;
- Valorizar as contribuições de cada criança, no que se refere à incorporação de valores e atitudes, dentro de contextos específicos e mutantes.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

Para que você, aprendente, reflita sobre essas competências, elaboramos um quadro com elementos importantes em relação a elas, os quais são indispensáveis para orientá-lo(a), enquanto docente, nos processos de mudanças atitudinais, visando apoiar seu desenvolvimento na interação pessoal, didática e pedagógica com alunos da educação infantil, para atender às necessidades, às aptidões, aos interesses e às competências reais das crianças.



Agora, passamos à Aula 2 desta Unidade, que trata do lúdico-criativo como uma forma de promover a interdisciplinaridade nas práticas pedagógico-curriculares da educação infantil.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

AULA 8: O LÚDICO-CRIATIVO COMO EIXO INTERDISCIPLINAR NA AÇÃO PEDAGÓGICO-CURRICULAR DIRIGIDA PARA CRIANÇAS DE CRECHE E PRÉ-ESCOLA

SUMÁRIO DA AULA



Nesta aula, abordamos o lúdico criativo na prática curricular na escola de educação infantil, como elemento fundamental e natural da cultura da criança.

Abraçar, hoje, a tarefa profissional de ensinar significa abraçar o compromisso de aprender. Ensinar e aprender constituem um elemento-chave do desenvolvimento profissional para responder às demandas do Século XXI. Você, aprendente do Curso de Pedagogia, é o 'professor do novo milênio'... Por isso mesmo, deve adquirir competências relativas à interdisciplinaridade, pois essa é uma meta e uma marca da formação humana e acadêmica do milênio. Por essa razão, é fundamental que você seja capaz de articular, interrelacionar, interconectar conhecimentos, experiências e vivências (sociais, auditivas, visuais, motoras etc.) de forma interdisciplinar. Particularmente, no caso da educação de crianças pequenas, essa articulação deve ser pedagogicamente planejada com base em uma *orientação lúdico-criativa*, sobre cujo conceito teceremos algumas considerações a partir de alguns autores:

O lúdico constitui-se por ações que são vividas e sentidas e, portanto, não são definidas através de palavras. A experiência lúdica é uma experiência repleta de fantasia, imaginação e sonhos articulados como teias simbólicas. O lúdico não é vício nas experiências prontas, pois não representam a vivência singular, única de cada indivíduo (SANTIN, 1994).

As atividades lúdicas são definidas pela "plenitude da experiência", que acontece de forma integral para cada indivíduo, sem as fragmentações da mente racional que precisa de conceitos para se organizar. As atividades lúdicas, portanto, ultrapassam o "ego", uma vez que possibilitam o contato com o "Eu" verdadeiro de cada um, totalmente envolvido na experiência (LUCKESI, 2000).

Na atividade lúdica, o que importa é a própria ação, o momento experienciado e não o seu resultado. O lúdico permite sentir o momento e possibilita o encontro consigo no contexto da fantasia, mas também da realidade. A experiência lúdica re-significa a percepção e a expressividade e, conseqüentemente, constitui um momento de autoconhecimento assim como de ampliação do conhecimento do outro (ROJAS, 2007).

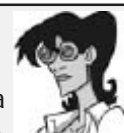
UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

Quando organizamos as definições acima, decidimos usar a orientação lúdico-criativa e, então, simplesmente passamos a brincar com o espaço, as formas das letras, o tamanho, as cores etc. Rompemos, dessa forma, o convencional acadêmico e ‘curtimos fazer isso’: transformar nosso trabalho em brincadeira.

Os autores acima – Santin, Luckesi e Rojas – afirmam que, ao brincar, a criança torna-se operativa, ou seja, atua sobre o mundo que a cerca, e a interação se dá através da ludicidade, que cria oportunidades de experimentações complexas em seus significados porque refletem e representam os desejos, os sonhos, as expectativas, as crenças e os mitos das crianças, como seres que vivem imersos em um contexto sócio-cultural determinado.

Por exemplo...

As crianças de trinta anos atrás não tinham, em seu repertório, a imagem de computadores, *laptops* ou de imagens virtuais existentes nos filmes com efeitos sonoros e visuais. As crianças de hoje vivem imersas em um contexto sócio-histórico absolutamente repleto de ‘novidades’ a cada dia: elas podem interagir com pessoas em qualquer parte do mundo, podem obter qualquer tipo de informação que desejar e que nem sabem que existe; possuem videogames, tênis que acendem e fazem sons, celulares, computadores, MP 3,4,5 etc.



Atualmente, as crianças estão circundadas por estímulos que antes não existiam, sendo, pois, determinadas pelos tempos atuais. A criança pequena, em particular, realiza experiências lúdicas em todas as fases da vida. No universo infantil, o lúdico é síntese da vida porque é por meio da brincadeira que a criança se envolve em jogos, interações, atividades escolares e sente a necessidade de partilhar com o outro, aprender a interagir e socializar-se.

A escola que adota uma abordagem lúdico-criativa, como eixo interdisciplinar na educação de suas crianças, tem como objetivo educacional propiciar o crescimento e a expansão da sua capacidade imaginativa, contribuindo para melhorar os processos (a) de integração dessas crianças com elas mesmas: a imaginação dentro de seu próprio mundo; (b) de socialização do que vivem interiormente e que passam a compartilhar com outros e (c) de interatividade entre os pares.

Nessa fase da vida da criança, a socialização propiciada por meio da experiência escolar é um elemento-chave no seu desenvolvimento porque constitui um processo pelo qual gradualmente apre(e)nde comportamentos que refletem normas e valores do mundo adulto, os quais variam de cultura para cultura e de época para época e que se impõe à criança em maior ou menor grau, conforme o contexto ao qual pertence.

Durante as atividades realizadas com jogos educativos, por exemplo, a criança aprende a se relacionar com os colegas, considerando as regras do jogo, que dizem respeito a aprender a esperar por sua vez, prestar atenção ao jogo, aceitar perder, celebrar o sucesso do colega etc. Todas essas aquisições comportamentais se dão a partir do jogar e do brincar simultaneamente e oferecem as bases para o desenvolvimento de capacidades indispensáveis à sua futura atuação, tais como a atenção, a afetividade, o hábito de permanecer concentrado e outras habilidades perceptuais e psicomotoras (ROJAS, 2007).

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

A vivência lúdica deve, então, ser compreendida a partir da cultura infantil, e a nova atitude docente passa a introduzir nas aulas novos valores, saberes e fazeres permeados pela concepção interdisciplinar. Comprometer-se com a postura lúdico-criativa e interdisciplinar leva ao comprometimento em ser sensível ao outro e envolver-se com o universo da criança. Isso implica, gradativamente, substituir a concepção vigente de *professor ativo e aluno passivo* pela de professor mediador e facilitador, que cria interações cooperativas, inclusivas, lúdicas, criativas e experimentais na sala de aula, por meio de estratégias didático-metodológicas mais dinâmicas e interativas entre as crianças pequenas.

Nesse sentido, planejar valorizando a cultura da criança implica elaborar atividades que visem ao exercício das potencialidades inerentes ao universo infantil. Esse planejamento prevê basicamente as etapas que tanto servem à elaboração do projeto político-pedagógico (gestão escolar) e ao planejamento didático-pedagógico (ensino-aprendizagem), tais como mapear a turma para conhecer cada criança individualmente; elaborar planos de atividades que contemplem atividades livres, lúdicas e artísticas (ex. peças teatrais, brincadeiras compartilhadas, jogos e interação divertida); usar estratégias de ensino que sejam motivadoras, prazerosas e inclusivas, que possibilitem a participação de todas as crianças, sem distinção de qualquer natureza (FERREIRA; MARTINS, 2007).

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 7

Aula 8

Aula 9

AULA 9: INCLUSÃO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DA INFÂNCIA PARA A DIVERSIDADE E O COMBATE À EXCLUSÃO

SUMÁRIO DA AULA



Vamos começar esta aula explicando o que significa inclusão e, depois, refletir sobre a escola como uma instituição social fundamental para assegurar a inclusão social.

Você já deve ter ouvido algumas vezes, ao longo dos últimos anos, a palavra inclusão. Sabe o que significa? Quando pensa em inclusão, vem-lhe à mente a imagem de pessoas com deficiências? Você já pensou se é contra ou a favor da inclusão educacional?

Um pouco de contexto histórico



Para ler mais sobre a definição de **educação inclusiva**, visite o site da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). <<http://portal.unesco.org/education/en>>.

OBS.: Note que o referido documento foi escrito em língua inglesa.

Para ler a **Declaração de Salamanca**, acesse: <www.direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/educacao/declaracao_salamanca.html>

No final do Século XX, a chegada do novo milênio e a análise da conjuntura acerca do panorama internacional educacional – direito fundamental de todo ser humano - testemunham o nascimento da educação inclusiva, em 1994, com a publicação da **<Declaração de Salamanca>** da UNESCO. A **<educação inclusiva>** emerge como uma abordagem desenvolvimental que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e à exclusão.


O termo *desenvolvimental* se refere ao desenvolvimento de sistemas educacionais que adotam o *princípio da inclusão*, e o termo *marginalização* significa o risco que crianças e jovens, oriundos de famílias em situação de desvantagem, correm de ser colocados à margem das oportunidades educacionais e sociais (e *não* de ser transformados em 'marginais!'). Nesse sentido, o movimento pela inclusão se caracteriza como uma possibilidade real de promover o combate à exclusão desses grupos, ao mesmo tempo em que oferece uma alternativa pedagógico-curricular viável para responder às especificidades educacionais de crianças, jovens e adultos que não tiveram acesso aos bancos escolares ou, se o tiveram, foram excluídos do acesso aos conteúdos curriculares (FERREIRA, 2006, p. 218).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) lança o *princípio da inclusão*, que estabelece que as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Estas escolas devem incluir crianças com

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

deficiência e as superdotadas, meninos e meninas de rua e crianças trabalhadoras, crianças de origens remotas ou de populações nômades, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou à margem da sociedade.

Neste sentido, qualquer criança, de qualquer origem, cor, com qualquer habilidade ou nível de desenvolvimento... Inúmeros são os desafios encontrados pelas redes de ensino, dentre eles, matricular todas as crianças sem discriminação; melhorar a qualidade da gestão escolar; remover barreiras físicas para os alunos com qualquer dificuldade de mobilidade; eliminar atitudinais de preconceito e discriminação; desenvolver uma comunidade escolar que acolha a todos e se articule com as comunidades de forma saudável e igualitária; preparar docentes para ensinar na diversidade de estilos de ritmos de aprendizagens existentes hoje na sala de aula. Porém, nosso foco aqui é a formação docente e o perfil do professor para tempos de inclusão. Como vimos na Aula 2, o perfil docente para o Século XXI caracteriza-se por desenvolver um profissional aberto às mudanças, aprendente, reflexivo, pesquisador da própria prática e sensível ao universo cultural infantil.



A **Declaração Mundial de Educação para Todos** é um documento importante da UNESCO do final do século passado porque estabeleceu três metas para serem atingidas pelos governos de todos os países-membros das Nações Unidas. Para conhecer esse documento, click no link: http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/d_e_c_j_o_m_t_i_e_n

No Brasil, as diretrizes internacionais da **<educação para todos>** (UNESCO, 1990) e da educação inclusiva representaram, nas políticas públicas e na prática, uma mudança significativa nas escolas que passaram, após a LDB, a apresentar grande aumento no número de matrículas representado por um enorme contingente de novos(as) alunos(as) oriundos(as) de grupos sociais diversificados nas salas de aula regulares; a caracterização repentina de classes super-populadas; turmas recheadas de diferenças individuais, até então desconhecidas para o(a) professor(a), e a emergência de novas demandas para a gestão e novas necessidades – também especiais! – para os(as) professores(as). (FERREIRA, 2006, p. 219).

Como vimos nesta componente curricular, no Brasil, gradualmente as creches e pré-escolas ganham o reconhecimento que merecem e o *status* de nível educacional, conforme acontece com a Educação Básica e Ensino Médio. Somente muito recentemente o governo federal passou a publicar documentos oficiais de peso para o desenvolvimento da educação de crianças entre zero e 5/6 anos de idade, alguns dos quais já foram apresentados a você nas unidades e aulas anteriores. Contudo, ainda há muito a ser feito para que a educação dessas crianças tenha a qualidade apropriada a uma fase tão crucial para o desenvolvimento humano. No âmbito do que ainda há por fazer nos sistemas educacionais, promover escolas de educação infantis inclusivas é crucial.

Escola Infantil com orientação inclusiva – combate à exclusão

Uma escola que adota o princípio da inclusão como eixo norteador de sua ação é, antes de tudo, uma instituição que respeita o direito de todos à educação e que, portanto, não se recusa

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

a matricular crianças com base em suas diferenças individuais. Um exemplo atual e relevante sobre discriminação nas escolas diz respeito às crianças portadoras de deficiência. O Guia de Orientação à Família, Escolas e Comunidade *Aprendendo sobre os Direitos das Crianças com Deficiência* (SCS, 2003) ilumina, com base em estudo sobre discriminação contra crianças e jovens com deficiências, que ocorrem práticas sistemáticas de violação de seus direitos no contexto educacional:

- As escolas e os(as) professores(as) *não estão e não se sentem* preparados para receber crianças com deficiência em suas classes regulares;

- As crianças e os jovens que são aceitos nas escolas da rede pública de ensino tendem a abandonar a escolarização, pois as mesmas não respondem às suas necessidades;

- Um número significativo de crianças que estudam em escolas especiais (escolas segregadas, somente para pessoas com deficiência) são, posteriormente, integradas em escolas regulares e depois tendem a retornar às escolas especiais porque as consideram menos discriminatórias e menos arriscadas para os seus filhos;

- Escolas privadas que matriculam crianças com deficiência podem acrescentar uma *taxa a mais* à mensalidade, justificada pela 'assistência extra' que a criança deve requerer, mesmo que esse extra não seja de fato oferecido;

- A educação oferecida aos educandos com deficiência é, em geral, pobre de qualidade e mantém-se no âmbito das atividades oferecidas na fase de educação infantil, isto é, atividades lúdicas e artísticas.

Apesar de esse quadro de dados refletir sobremaneira o que acontece nos sistemas educacionais, há muitas crianças que são incluídas com sucesso nas escolas regulares, contando com o apoio dos(as) professores(as), e que são bem sucedidas. Contudo, esse quadro positivo ainda está longe de ser amplamente atingido.

O receio com relação ao tratamento discriminatório dado aos alunos com deficiência, assim como aos alunos pobres, aos negros ou indígenas, aos muito brancos ou muito magros etc. explica-se, na minha visão, pela histórica exclusão que os acompanha nas escolas brasileiras. Então, uma escola inclusiva deve, continuamente, formar seus professores para 'incluir a todos' tanto nas atividades desenvolvidas na escola quanto nas que acontecem na sala de aula.

Diversidade na Escola

Uma escola que tem como objetivo cuidar de crianças pequenas, educá-las e que se pretenda inclusiva deve ter uma cultura de defesa e promoção dos direitos iguais para todos, adotar uma política cujas diretrizes sejam o acolhimento e o reconhecimento das diferenças humanas, incluindo elementos que enriqueçam o processo de aprendizagem de todos, com práticas que se fundamentem na colaboração entre os pares e no apoio mútuo.

Assumir a diversidade na escola, hoje, significa conceber que cada criança tem uma história única, que foi construída a partir dos condicionantes de sua vida, quais sejam:

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

- Onde nasceu cada aluno (estado, município, zona rural ou urbana, litoral ou sertão, favela ou na classe média/alta);
- Quem são seus pais e como sua família é constituída (filho único, adotado, filho de pais solteiros, um filho entre muitos outros, pais trabalhadores, pais empresários);
- Que tipo de brincadeira (de que gosta, o que possui para brincar, onde brinca, com quem brinca);
- Se teve acesso à escola cedo – desde bebê ou mais tarde, na pré-escola;
- Se tem alguma dificuldade de ordem particular (poliomielite, nasceu surdo, tem baixa visão).

A partir deste levantamento de informações, delineamos uma breve caracterização da diversidade representada em uma classe e a importância de o docente aprender sobre as mesmas. Mediante o conhecimento da diversidade humana constituída pelo seu grupo de pequenos é que o(a) professor(a) poderá planejar uma ação pedagógico-curricular que as contemple. Na seção 2 do livro 'De docente para docente', você encontrará elementos relevantes para entender como o(a) professor(a) pode mapear os recursos humanos existentes na sua turma, seja ela constituída por pequeninos da creche ou pelos da pré-escola.

Em termos pedagógicos, é importante que o(a) docente mapeie as habilidades e necessidades de cada um de seus alunos, como as elencadas a seguir:

- Em que fase do desenvolvimento se encontra;
- De que tipo de brincadeira gosta;
- Como prefere se comunicar;
- Como participa das atividades (prefere realizar sozinho, em grupo ou tem colegas a quem prefere);
- Se é lento ou rápido;
- Quais as cores que distingue melhor;
- O que gosta de comer;
- Como são seus pais e como interagem com a criança.

Convém enfatizar que há uma nítida distinção entre cuidar de crianças de 0 a 3 anos e das que estão em idade pré-escolar. Todavia, para que sejam criadas oportunidades de aprendizagens igualitárias na escola e na sala de aula, como vimos, o(a) professor(a) deve ser criativo(a) e romper com as práticas pedagógicas homogêneas que se configuram por 'um conteúdo curricular, uma aula, uma atividade, um mesmo tempo de realização da atividades para toda a turma'. Considerar a diversidade como ponto de partida da prática pedagógica curricular significa para o docente re-significar a compreensão que detemos sobre a prática docente e o papel crucial do(a) professor(a) no desenvolvimento de cada aluno(a). Assim, para educar objetivando a diversidade, o docente deve adotar, em sua prática pedagógica, os *princípios orientadores da inclusão* (MEC/SEESP, 2005, pp. 23-25), elencados a seguir:

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9

- *Aprendizagem ativa e significativa* - Constituída por abordagens didáticas que encorajam a participação dos estudantes em atividades escolares cooperativas, durante as quais eles se agrupam e resolvem tarefas ou constroem conhecimentos juntos; as aulas são organizadas de forma que os estudantes realizam tarefas diferenciadas sobre um mesmo conteúdo curricular, que se complementam e que dão base à construção do conhecimento coletivo;
- *Negociação de objetivos* - As atividades propostas em sala de aula consideram a motivação e o interesse de cada estudante. Para isso, o docente deve conhecer cada aluno(a) individualmente (experiências, história de vida, habilidades, necessidades etc.), e o plano de aula deve prever e incentivar a participação dos estudantes nas tomadas de decisão acerca das atividades realizadas na classe, como, por exemplo, os(as) aprendentes podem fazer escolhas de conteúdos, estabelecer prioridades de aprendizagem, sugerir atividades, formas de agrupamento etc.;
- *Demonstração, prática e feedback* - A aula planejada pelo docente oferece modelos práticos aos estudantes sobre como as atividades devem ser realizadas ou o(a) professor(a) demonstra sua aplicação em situações variadas na classe e na vida real, de forma a promover uma reflexão conjunta sobre as atividades e o processo de aprendizagem. 'Ver' na prática o que se espera que seja realizado aumenta as chances de participação de todos(as) e o sucesso da aprendizagem;
- *Avaliação contínua* - Na prática de ensino inclusivo, o processo de avaliação é contínuo, e os estudantes estabelecem seus objetivos de aprendizagem e as formas de avaliar seu progresso. A avaliação tem um papel fundamental na revisão contínua da prática pedagógica e, conseqüentemente, na melhoria do trabalho docente;
- *Apoio e colaboração* - Esse princípio contribui para romper com as práticas de ensino individualizadas que não favorecem à cooperação entre os(as) estudantes para que atinjam resultados de aprendizagem satisfatórios para todos(as). Em equipe, os(as) alunos(as) se sentem fortalecidos para correr riscos e tentar caminhos alternativos (inovadores) com o objetivo de resolver problemas e aprender.

Na condição de princípios orientadores de práticas pedagógico-curriculares, todos os elementos acima elencados serão valiosos para você, no futuro, pois nortearão seu pensamento reflexivo na ação com alunos(as) de escolas de educação infantil.

Nas próximas trilhas, você conhecerá, com mais detalhes, práticas curriculares que considerem seu perfil como um educador da infância comprometido com a interdisciplinaridade, com os direitos das crianças, com práticas curriculares em que se empregue a orientação lúdico-criativa e as inclusivas, que visam ao desenvolvimento pleno de seus alunos, por meio da celebração e do cultivo de sua cultura infantil.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 7	Aula 8	Aula 9



DESAFIOS

Objetivo: Conhecer as competências básicas do(a) professor(a) de educação infantil.

1) Após estudar os materiais da Unidade III, leia a história 3 do livro abaixo:


Rocha, Ruth. 'Quando a Escola é de vidro'. (História 3) In. Ruth Rocha. *Este admirável mundo louco*. Editora Salamandra. 2003.

2) Com base nas suas reflexões, a partir das leituras e da história de Ruth Rocha, participe do **Chat** sobre as competências docentes necessárias à promoção de escolas inclusivas para todos.

Resultado:

Chat no AVA - Moodle, com base na pergunta abaixo.

Como o(a) professor(a) da educação infantil pode contribuir para preparar as crianças para acolherem a diversidade na sociedade?



Atenção!
Durante a realização dos desafios propostos, você, aprendente, deverá interagir com os(as) mediadores(as) pedagógicos(as) a distância por meio do AVA - Moodle para dirimir dúvidas e receber orientações. Se tiver dificuldades para acessar o AVA <www.ead.ufpb.br>, consulte o(a) mediador(a) pedagógico(a) no Pólo Municipal de Apoio Presencial.



DESAFIO FINAL

Seminário de Práticas Curriculares - Projeto Interdisciplinar I

Ao final do estudo das unidades I, II e III, você, aprendente, aplicará todo o conhecimento, as informações e as experiências adquiridas ao longo de nosso percurso no componente curricular Seminários Temáticos de Prática Curricular I. Este desafio final é particularmente importante para sua aprendizagem porque oportuniza a articulação do conhecimento estudado nesse componente e o conduz naturalmente a uma reflexão interdisciplinar e aprofundada sobre a cultura da infância. Consiste, portanto, de atividades teórico-práticas e reflexivo-produtivas, pois você deverá **produzir um artigo** com foco em temas relevantes para a sua formação e para o desenvolvimento do campo da educação infantil, conforme abaixo explicitado.

Objetivo: Desenvolver a capacidade reflexiva e de elaboração textual, com base no universo de conhecimentos relativos à área de educação infantil.

- 1) Forme um grupo de, pelo menos, três aprendentes.
- 2) Leia a relação de títulos abaixo apresentados e escolha um deles para servir de base para a elaboração do artigo.
 - a) O perfil do novo educador de Educação Infantil: desafios e possibilidades
 - b) Direitos da criança à educação: contribuições docentes para a construção de escolas inclusivas
 - c) Políticas públicas para a Educação Infantil: 'papel escrito' X realidade das escolas
 - d) O professor-aprendente, a criança e o lúdico criativo na valorização da cultura da infância
 - e) Construindo a prática pedagógica interdisciplinar na educação de crianças pequenas: razões e paixões de docentes
- 3) Em grupo, faça uma revisão dos tópicos trabalhados durante este componente curricular e compartilhe os resultados dos desafios elaborados. Essa será uma oportunidade rica para aprender uns com os outros e verificar como são múltiplas as possibilidades de entendimentos e desenvolvimentos individuais e coletivos.
- 4) Com base em todo o conteúdo das unidades trabalhadas, o grupo deve escrever um artigo com o seguinte formato:

- Título
- Nome dos(as) autores(as) e *e-mails*
- Sumário
- Artigo (texto – vide orientação a seguir)
- Fonte: verdana
- Tamanho: 12
- Espaço: simples
- Mínimo de cinco páginas e máximo de 10 (sem contar com a bibliografia)
- Bibliografia – de acordo com a NBR 6023 da ABNT.

6) O artigo deve ser planejado, antes de ser elaborado, com a seguinte estrutura:

- *Introdução do tema escolhido* (título do artigo; constitui o foco do mesmo. É importante que o grupo mantenha o foco para não se distrair);
- *Justificativa*: razões por que o tema é relevante para o contexto da educação infantil;
- *Pergunta-guia* (Estabeleçam uma pergunta que querem responder a partir de uma reflexão aprofundada sobre a mesma)
- *Principal argumento*: que tese a equipe vai defender em seu artigo, com base na pergunta colocada? (A argumentação constitui a contribuição dos autores para o campo do conhecimento dentro do qual o artigo se insere).
- *Desenvolvimento do artigo* (use subtítulos, para nortear o leitor em relação às idéias que estão sendo trabalhadas).
- *Considerações finais* (faça um breve resgate da discussão elaborada no artigo e ofereça conclusões ou novas possibilidades de desenvolvimento de tópicos que podem ser aprofundados devido à sua importância).
- Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

OBS.: Oportunamente, enviaremos, pelo AVA - Moodle, alguns artigos científicos que servirão de modelo para a elaboração do seu.

Resultado:

Seu artigo deve ser postado no AVA - Moodle, em data a ser programada.

Bom trabalho!